



Universidade Técnica de Lisboa
Instituto Superior de Ciências Sociais e
Políticas



Relatório de Estágio de Licenciatura em Ciência Política

Terrorismo

O caso do Partido dos Trabalhadores do Curdistão



Coordenador da Licenciatura: Prof. Doutor Manuel Meirinho Martins

Orientador: Prof. Doutora Teresa de Almeida e Silva

Discente: Eunice Margarida Caniço Bastos

Lisboa
Setembro 2008

"One man's terrorist is another man's freedom fighter"

Agradecimentos

O presente relatório de estágio simboliza o fim de uma longa etapa da qual muitas pessoas fizeram parte, para elas vão as minhas palavras de agradecimento:

Ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, que me acolheu nestes quatro anos e onde me desenvolvi pessoal e intelectualmente, na figura do Presidente do Conselho Directivo, Professor Catedrático Doutor João Abreu de Faria Bilhim; do Presidente do Conselho Científico, Professor Catedrático Doutor António de Sousa Lara e do Presidente do Conselho Pedagógico, Professor Catedrático Doutor António Marques Bessa.

A todos os professores que com todo o seu conhecimento nos mantiveram motivados para aprender cada vez mais e nos ajudaram na nossa formação. Não poderia deixar de fazer um agradecimento muito especial à orientadora deste relatório, a Professora Doutora Teresa de Almeida e Silva, que admiro enquanto docente, pela sua capacidade de ensino e, enquanto orientadora como pessoa dedicada e prestável que é.

Fica, também, uma nota de agradecimento ao Instituto Transatlântico Democrático que me acolheu nos seis meses de estágio, em particular, ao Dr. Rui Paulo Figueiredo pelo tempo dispensado e apoio na recolha de material de pesquisa.

Agradeço também a todos os meus colegas de turma por terem tornado a árdua tarefa de concluir esta licenciatura em algo de verdadeiramente especial e memorável, em especial à Carmen que nos momentos mais difíceis se revelou uma verdadeira amiga. Às minhas amigas de sempre, deixo também o meu sincero agradecimento por todo o apoio e amizade.

Ao Rogério agradeço pela devida paciência e compreensão, por me ter ajudado a suplantar a distância de casa e ter apoiado nos momentos mais difíceis desta etapa agora ultrapassada.

Finalmente, agradeço à minha família, em especial aos meus pais, que me permitiram completar esta licenciatura.

Índice

Introdução.....	6
Nota metodológica.....	8
Capítulo I - Relatório de Estágio no ITD.....	9
Instituto Transatlântico Democrático – ITD.....	10
Missão e Objectivos	12
Linhas de Investigação	14
Protocolos de Investigação	14
Experiência de estágio no ITD	15
Capítulo II - Terrorismo.....	16
Génese e evolução do conceito de terrorismo	17
Século XIX: nova era do terrorismo.....	18
Definição de terrorismo.....	21
Definição etimológica:	21
Definição jurídica:	21
Definição política:	23
Contra-terrorismo	24
Anti-terrorismo	24
Tipos de terrorismo.....	25
Terrorismo de Estado	25
Terrorismo de Ordem Internacional	25
Terrorismo Assimétrico.....	26
Terrorismo Internacional.....	27
State Sponsored Terror.....	28
Super terrorismo	30
Neo – terrorismos:	31
Ciberterrorismo.....	31
Ecoterrorismo	31
Agroterrorismo	32
Motivações terroristas	33
Motivação Cultural.....	33
Motivação económica.....	33
Motivação ideológica	34

Motivação religiosa	35
Capítulo III - Partidos dos Trabalhadores Curdos – PKK	37
Introdução.....	38
Origens	38
Dispersão curda	40
Nascimento do nacionalismo curdo.....	41
Curdos na Turquia	43
Curdos no Iraque	45
Curdos no Irão	48
Curdos na Síria	49
Curdos na ex-União Soviética	50
Partido dos Trabalhadores do Curdistão.....	51
Ideologia e estratégias	51
Estrutura e Organização	54
Financiamento	55
Apoio internacional	56
Principais atentados perpetrados pelo PKK	56
Conclusão	59
Bibliografia.....	61

Introdução

O presente trabalho consiste no relatório de estágio realizado no âmbito do último ano da licenciatura em Ciência Política, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Técnica de Lisboa.

A escolha do tema de investigação recaiu no Terrorismo e no exemplo do Partido dos Trabalhadores do Curdistão, dado o interesse despertado por estas temáticas ao longo deste ano lectivo no âmbito das cadeiras de especialização em Sociologia dos Movimentos de Opinião, pois nas palavras do Professor Doutor Carlos Diogo Moreira, «o tema deve ser relevante, restrito e suscitar, quando possível e adequado, um envolvimento pessoal»¹. Sendo o terrorismo uma ameaça cada vez mais real, passando da antiga dimensão local para a global, a inexistência de uma definição do conceito comumente aceite no seio da comunidade internacional dificulta a luta anti-terrorista, por conseguinte, considereei que abordar esta questão teria um particular interesse pessoal e académico.

Pretendo com este trabalho dar uma breve explicitação das origens do fenómeno do terrorismo e compilar algumas das tipologias mais consensuais do mesmo, tal como, dar a conhecer um pouco mais a questão curda e a acção do PKK.

Como problemática teórica para este trabalho, que como « [...] ponto de partida, em cada momento, das pesquisas que se efectivam, define e acolhe problemas de investigação, para os quais se buscam respostas»², surgiu-me a questão “que tipo de organização terrorista será o PKK?”, para a qual no final deste trabalho espero encontrar uma resposta sensata.

Este trabalho encontra-se dividido em três capítulos.

O primeiro referente ao estágio realizado no Instituto Transatlântico Democrático onde faço uma pequena descrição da entidade e das actividades desenvolvidas. No segundo capítulo, procedo a um enquadramento teórico do terrorismo, abordando a génese das actividades terroristas e a sua evolução ao longo da história, as várias definições apresentadas para este conceito, tal como, referindo as

¹ MOREIRA, CARLOS DIOGO (1994) *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, p. 21.

² ALMEIDA, JOÃO FERREIRA DE; PINTO, JOSÉ MADUREIRA, “Da Teoria à Investigação Empírica. Problemas Metodológicos Gerais” in *Metodologia das Ciências Sociais*, 10ª edição, Edições Afrontamento, p. 63.

tipologias, por mim consideradas, mais importantes e as suas motivações, numa tentativa de melhor compreender o auge actual deste fenómeno.

O último capítulo encontra-se subdividido em duas partes: a primeira corresponde ao enquadramento da questão curda, referindo as origens deste grupo étnico e das suas reivindicações nacionalistas, para depois passar, na segunda parte, o enfoque para o Partido dos Trabalhadores do Curdistão em si, expondo as razões que levaram à sua formação, a sua estrutura e modo de acção.

Assim, espero conseguir prover este trabalho de bases teóricas que me permitam fundamentar a análise crítica da acção do PKK, pois « [...] a maioria dos especialistas coloca como meta das ciências a explicação de fenómenos [...] para lá chegar, ciência começa por ser definir racionalmente, a um nível variável de generalidade, problemas susceptíveis de resolução através de uma actividade de pesquisa».³

³ SILVA, AUGUSTO SANTOS; PINTO, JOSÉ MADUREIRA (1999), “Uma Visão Global Sobre as Ciências Sociais” in *Metodologia das Ciências Sociais*, 10ª edição, Edições Afrontamento, p. 11.

Nota metodológica

Para a elaboração deste trabalho recorri a algumas metodologias, como a «*a observação metódica da realidade social, tendo como objectivo explícito pôr à prova afirmações e interpretações provisoriamente aceites sobre a sua configuração e funcionamento, é hoje, tal como no domínio mais consolidado e prestigiado das ciências físicas e da natureza, prática corrente entre cientistas sociais*»⁴, numa primeira fase para fazer o meu próprio enquadramento da temática seleccionada.

Segui depois para a recolha de dados qualitativos e pesquisa documental e teórica, partindo do princípio que «*toda a pesquisa é dependente da teoria: a pesquisa puramente empírica é virtualmente impossível*»⁵ incidi a minha pesquisa em variadas obras e em artigos jornalísticos dada a elevada mediatização das acções terroristas e, visto que «*um excelente exemplo de documentação pública disponível para a pesquisa é dado pelos meios de comunicação de massa, os quais constituem uma fonte inigualável para o estudo das condutas quotidianas e dos valores que elas espelham*»⁶.

Para a última parte do trabalho, dada a impossibilidade de localizar obras de referência ao PKK, foi imperativo basear a minha pesquisa na internet, procurando sempre citar os sítios mais fiáveis e quando possível artigos de autores certificados.

⁴ ALMEIDA, JOÃO FERREIRA DE; PINTO, JOSÉ MADUREIRA, “Da Teoria à Investigação Empírica. Problemas Metodológicos Gerais” p. 55.

⁵ Op cit, nota 1, p. 19.

⁶ MOREIRA, CARLOS DIOGO (2007), *Teorias e Práticas de Investigação*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, p. 156.

Capítulo I
Relatório de Estágio no ITD

Instituto Transatlântico Democrático – ITD



INSTITUTO
TRANSATLÂNTICO
DEMOCRÁTICO

O Instituto Transatlântico Democrático é uma instituição independente de pesquisa, de investigação e de educação no domínio das políticas públicas, com uma forte ligação aos Estados Unidos da América, à União Europeia e à Lusofonia, assente na vocação transatlântica de Portugal. Tem por objectivo formular e desenvolver ideias que contribuam para uma sociedade de progresso, com uma melhor qualidade de vida, colocando essas ideias e estudos à disposição de todas as entidades interessadas, dentro e fora da esfera política.

O ITD conta com um grupo de investigadores e especialistas, um site com conteúdos actualizados diariamente, diversas *newsletter*, colaborações com a imprensa, e parcerias com entidades públicas e privadas.

O ITD é composto pelos seguintes órgãos de governança:

- **Direcção**

Mestre Rui Paulo Figueiredo - *Presidente*

Mestre Luís Gonçalves da Silva - *Vice-Presidente*

Professor Doutor Paulo Pereira de Almeida - *Vice-Presidente*

Eng. Alfredo Filipe - *Vogal*

Eng. Horácio Sabino - *Vogal*

Dr^a. Helena Magalhães - *Vogal*

Mestre João Domingues – *Vogal*

- **Assembleia Geral**

Eng^a. Esmeralda Dourado - *Presidente*

Dr. Paulo Noguês – *Vogal*

- **Conselho Consultivo**

Professor Doutor António Rebelo de Sousa - *Presidente*

Adrienne O'Neill - *Vogal*

Matthew Harrington - *Vogal*

Eng^o Luís Mira Amaral - *Vogal*

Dr. Francisco José Martins - *Vogal*

Dr. António Guerreiro - *Vogal*
Dr. António Tomaz Correia - *Vogal*
Dr. Paulo Grey Pereira - *Vogal*
Eng. Carlos Moedas - *Vogal*
Eng.^a. Esmeralda Dourado - *Vogal*
Eng. José Gonçalves Pereira - *Vogal*
Eng. Marcos Lagoa - *Vogal*
Dr. Nuno de Vascelos - *Vogal*
Prof. Doutor Manuel Damásio - *Vogal*
Prof. Manuel Vieira Pinto - *Vogal*
Dr. Luís Almeida - *Vogal*
General José Cordeiro - *Vogal*
Dr. André Rodrigues - *Vogal*
Dr. Carlos Ferreira Madeira - *Vogal*
Dr. Jorge Carvalho - *Vogal*
Mestre Vitalino Canas - *Vogal*
Dr.^a Teresa Damásio - *Vogal*
Eng. José Manuel Anes - *Vogal*

- **Conselho Científico**

Professor Doutor Manuel Jacinto Nunes - *Presidente*
Professor Doutor Veiga Simão - *Vogal*
Professor Doutor Fausto Quadros - *Vogal*
Professor Doutor Eduardo Raposo de Medeiros - *Vogal*
Professor Doutor Alexandre Melo - *Vogal*
Professor Doutor António José Barbosa Samagaio - *Vogal*
Dr. Filipe Nunes - *Vogal*
Professor Doutor Mário Caldeira Dias - *Vogal*
Dr.^a. Sofia Galvão - *Vogal*
Professor Doutor Fernando Casqueira - *Vogal*
Professora Doutora Maria Belo - *Vogal*
Mestre João Dias - *Vogal*
Mestre Paulo Gorjão - *Vogal*

- **Conselho Fiscal**

Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira - *Presidente*

Dr. Guilherme de Oliveira Martins - *Vogal*

Dr. Manuel Brito (ROC) - *Vogal*

Missão e Objectivos

De acordo com os seus estatutos, o ITD poderá desenvolver, entre outras, as seguintes actividades:

- a) Organizar uma rede de investigadores e de contactos regulares para a disseminação das políticas de excelência, contribuindo para a qualificação e desenvolvimento das competências dos decisores políticos, sociais e económicos;
- b) Estabelecer protocolos de intercâmbio, cooperação e troca de informação com universidades nacionais e estrangeiras e com os mais prestigiados *think tanks*, mantendo sempre como referencial os seus princípios de independência e de formulação e desenvolvimento de ideias que contribuam para uma sociedade de progresso, com uma melhor qualidade de vida;
- c) Organizar um sitio na Internet e publicar uma Revista (impresa e em formato electrónico) sobre os temas de actualidade na agenda política mundial e que constituam o conhecimento científico mais actualizado em matéria de estudos políticos, políticas públicas e empresariais, liderança, estratégia e relações nacionais e internacionais;
- d) Organizar e montar um centro de documentação que inclua as obras de referência e as mais recentes obras que constituam o conhecimento científico mais actualizado em matéria de estudos políticos, políticas públicas e empresariais, liderança, estratégia e relações nacionais e internacionais;
- e) Realizar, promover ou patrocinar acções de formação e de debate através de conferências, seminários e colóquios, tendo por base uma rede de investigadores à

qual serão facultados meios de desenvolvimento e de disseminação do conhecimento científico mais actualizado em matérias de estudos políticos, políticas públicas e empresariais, liderança, estratégia e relações nacionais e internacionais;

f) Executar, promover ou patrocinar projectos de investigação em domínios concernentes aos seus fins, com o seu capital próprio;

g) Realizar, promover ou patrocinar actividades editoriais, nomeadamente a partir da publicação de obras originais e da tradução de obras que constituam o conhecimento científico mais actualizado em matéria de estudos políticos, políticas públicas e empresariais, liderança, estratégia e relações nacionais e internacionais;

h) Instituir prémios e conceder bolsas de estudo com capital próprio, ou recorrendo a protocolos com quaisquer entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, nas áreas de investigação próprias do Instituto;

i) Organizar visitas de estudo a instituições políticas e empresariais, públicas ou privadas, que contribuam para a formação de futuros decisores em diferentes sectores da sociedade.

Linhas de Investigação

O Instituto Transatlântico Democrático desenvolve uma investigação orientada por padrões de independência. As ideias, estudos e projectos *forward thinking* são postos à disposição da sociedade portuguesa, norte-americana, e dos países europeus e do espaço lusófono.

O ITD conta com a colaboração dos mais prestigiados Think Tanks dos Estados Unidos da América e da União Europeia, no campo das políticas públicas, e desenvolve sete linhas de investigação apresentando os factos, as opções e os resultados concretos de implementação de políticas:

- Governação e Política
- Educação, Família e Migrações
- Economia e Comércio
- Empresas e Negócios
- Ambiente e Energia
- Ciência e Tecnologia
- Segurança e Defesa

Protocolos de Investigação

O Instituto Transatlântico Democrático colabora em diversas iniciativas comuns:

- com a Associação de Amizade Portugal / Estados Unidos da América;
- com a Instituto Superior de Gestão;
- com o IPRIS – Instituto Português de Relações; Internacionais e de Segurança;
- com a Revista Segurança e Defesa;
- com o Semanário SOL;
- com a TVNET;
- com a Universidade Lusófona;
- com a Revista Autor;
- com a Capitão, Rodrigues, Bastos, Areia e Associados.

Experiência de estágio no ITD

No quarto ano da Licenciatura em Ciência Política do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Técnica de Lisboa, a realização de um estágio, de seis meses, numa instituição que esteja, de alguma forma, relacionada com a licenciatura surge como umas das opções para a conclusão da mesma. Através deste estágio curricular é-nos dada a possibilidade de contactar com o mercado de trabalho e adquirir alguma experiência que poderá ser-nos útil para ingressar na carreira profissional.

Optei, neste caso, por aproveitar a oportunidade de realizar o meu estágio curricular no ITD, um instituto recente, ainda a iniciar as suas actividades, o que tornava qualquer tipo de apoio para pôr o projecto em marcha bem-vindo. Assim, a minha experiência neste instituto não consistiu apenas no desempenhar de uma função pré-definida, mas também em qualquer tipo de auxílio necessário na logística e dinamização do website www.itd-tdi.org.

Nesta senda, recaiu em mim a responsabilidade de manter actualizada a secção referente às notícias sobre as três principais áreas geográficas de interesse para o ITD, o que fez com que me mantivesse mais atenta à actualidade política, não de Portugal, mas do mundo, tal como, a elaboração de textos introdutórios aos artigos escritos pelos investigadores colaboradores do instituto, tanto para publicação no site, como para inclusão na newsletter, que me proporcionou o contacto privilegiado com dissertações que abordavam questões importantes para o âmbito da licenciatura e do tema a desenvolver no presente relatório, como por exemplo, os artigos relativos à linha de investigação de Segurança e Defesa.

Contudo, não foram só as tarefas realizadas que contribuíram de algum modo para a minha aprendizagem e para o desenvolvimento deste trabalho, os contactos realizados com o CEMAG, Centro de Estudos Magrebinos, que funciona em parceria com o ITD, proporcionaram-me proveitosos diálogos com especialistas, não só na área do Magrebe, mas do Médio Oriente em geral, que partilharam comigo toda a sua sapiência e facilitaram material de estudo.

Capítulo II **Terrorismo**

«A virtude sem o terror é inútil»
Maximiliano Robespierre

Génese e evolução do conceito de terrorismo

O terrorismo existe desde o início dos tempos cristãos; o primeiro grupo conhecido com características semelhantes às actuais definições de organizações terroristas foi o dos Zealotas da Judeia, conhecidos entre os romanos como “sicarii”, ou homens do punhal, e levavam a cabo a secreta tarefa de assassinar os ocupantes romanos, tal como, qualquer judeu que colaborasse com eles. O que os impelia a fazê-lo era a crença inabalável que não poderiam permanecer fiéis aos ditames do judaísmo sob jugo romano. Quando a sua organização foi descoberta cometeram suicídio colectivo na fortificação de Masada.

No século XI, surgem os Hashashin, cujo nome deu origem à palavra inglesa “assassins”, um grupo proveniente duma facção xiita chamada “Nizari Islamis” que adoptou a tática do assassinato de líderes inimigos, «[...] o movimento foi dirigido pelos Senhores do Castelo de Alamut, na Pérsia, o primeiro dos quais foi Hasan as-Sabbah, que assumiu a liderança do principal ramo israelita por ocasião do cisma ocorrido entre os Fatimidas do Egipto»⁷ A sua tática, que consistia em enviar um assassino sozinho para matar o inimigo e esperar junto ao corpo para ser morto pelos familiares da vítima, espalhava o temor entre os seus inimigos. «*Hasan Bin Sabbah não inventou o assassinato, mas poder-se-á afirmar seguramente que o utilizou como ferramenta política, a fim de produzir o horror nos corações e na imaginação dos seus contemporâneos [...], a partir das montanhas do Irão, enviava os seus fedayín (os fiéis dispostos a morrer por Allâh) com a missão de exterminar os seus inimigos*»⁸.

Apesar do terrorismo ser um fenómeno moderno as acções destes grupos não deixam de ser relevantes para melhor conhecer as motivações e objectivos das organizações terroristas contemporâneas, tal como, para mostrar a marca que podem deixar na história da humanidade.

Desde a extinção dos Hashashin, no século XIII, até ao século XVII foi comum o uso de terror e violência durante as guerras e conflitos mas nada que reunisse os requisitos necessários para ser classificado como terrorismo. Só após a Revolução Francesa, em 1793, surgiu o terrorismo associado ao Reino do Terror, uma ditadura imposta por Robespierre para estabilizar o país e fazer a transição da monarquia para a

⁷ COSTA, HELDER SANTOS (2003), *O Martírio no Islão*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, p. 165.

⁸ Idem, p. 171.

democracia liberal, conduzida pelo lema “Subjuguem pelo terror os inimigos da liberdade, e estarão certos, como fundadores da República”. A população chamava aos agentes do Comité de Segurança Pública e da Convenção Nacional que levavam a cabo as políticas do Terror, “Terroristas”. Porém, não foram só os revolucionários a suscitar o uso destes termos, também os opositores da Revolução, em reacção à opressão do regime, empregavam estratégias terroristas como o assassinato e intimidação.

Robespierre lançou as bases para o terrorismo hodierno que acreditava que a violência seria benéfica para o Estado, no entanto, essa forma de encarar as acções terroristas desvaneceu-se, enquanto que a ideia de terrorismo como um ataque à ordem vigente prevaleceu. Outro termo associado ao terrorismo, a guerrilha, surge também nesta altura durante as invasões napoleónicas na Península Ibérica para designar o movimento de resistência da população local aos exércitos napoleónicos. A partir deste momento é comum encontrar na história a ligação entre a guerrilha e o terrorismo, sendo o recurso a actos terroristas muitas vezes uma extensão da guerrilha quando esta não tem capacidade para combater o regime de um modo convencional⁹. No entanto, é necessário distinguir entre uso esporádico de actos terroristas na lógica da guerrilha como recurso em último caso, e o terrorismo sistemático usa o terrorismo como principal estratégia de acção.

Século XIX: nova era do terrorismo

Durante o final do século XIX, as teorias políticas mais radicais e os progressos na tecnologia de armamento facilitaram a formação de pequenos grupos revolucionários que atacavam os estados-nação. Os anarquistas, sustentando a sua crença na «propaganda da acção» obtiveram alguns sucessos assassinando autoridades estaduais da Rússia, França, Espanha, Itália e EUA, contudo, a sua falta de organização e recusa de cooperação com outros movimentos sociais acabaram por malograr a sua eficácia como movimento político. Simultaneamente, surgia o comunismo que viria a ter um papel muito mais importante como base ideológica para o terrorismo do século XX. Outra ideologia com difusão crescente a nível mundial, nos finais do século XIX, foi o nacionalismo. À medida que os Estados começavam a enfatizar a identidade nacional, os povos conquistados ou colonizados foram optando entre a assimilação e a revolta.

9 FERREIRA, PEDRO ANTUNES (2006) *O Novo Terrorismo*, Lisboa, Editora Prefácio, p. 31.

Deste período o atentado terrorista que marca o ponto de viragem para o futuro do terrorismo foi o da organização russa «Narodnya Volya» (Vontade do Povo), um pequeno grupo de constitucionalistas que pretendia derrubar o regime czarista e desencadear a revolução das massas, que em 1881 assassinou o czar Alexandre II; divergiam dos terroristas contemporâneos, especialmente, no facto de levarem a cabo atentados que podiam atingir pessoas que não eram os seus alvos. É nesta organização que se identificam muitas das características do terrorismo pela primeira vez, tais como, a clandestinidade, organização celular, impaciência e incapacidade para organizar a defesa dos ideias que pretendem representar, e a tendência para engrandecer o nível de violência à medida que a pressão sobre o grupo aumenta.

Apesar desta organização ter sido destruída abriu caminho para as revoluções de 1905 e 1917; após esta última orquestrada por Lenine a revolução passou a usar o terrorismo para controlar a vontade do povo baseando-se na crença de que este deveria ser usado para controlar os inimigos internos.

A partir de meados do século XX começa a florescer o terrorismo de estado devido ao despertar dos nacionalismos étnicos, dos ímpetos anti-coloniais, de novas ideologias, e da justificação dada pela Segunda Guerra Mundial para o uso de terror e violência. O apoio das grandes potências a organizações de resistência que se serviam de estratégias terroristas foi visto como uma legitimação das suas acções e dos ataques a alvos civis apesar de todas as regras que o proibiam. Por toda a parte começaram a formar-se grupos terroristas com uma agenda nacionalista, dos quais um dos melhores exemplos é o Exército Republicano Irlandês que nasceu da vontade dos irlandeses católicos de formar uma república independente da Grã Bretanha¹⁰.

A internacionalização do terrorismo deu-se quando a 22 de Julho de 1968, a Frente Popular para a Libertação da Palestina abriu um precedente sequestrando um avião da companhia aérea israelita El Al que fazia uma viagem de Roma para Tel Aviv. Esta época também proviu a comunidade internacional do sentido actual do terrorismo como acção altamente teatral, de violência simbólica de grupos organizados com objectivos políticos específicos, como por exemplo, o rapto e assassinato de atletas israelitas pelo grupo palestino Setembro Negro aquando dos Jogos Olímpicos de Munique de 1972 visando a libertação de prisioneiros palestinos. Esta acção foi

¹⁰ Ibidem, p. 36.

crucial para a mudança na forma de lidar com os terroristas e introduziu oficialmente os termos terrorismo internacional e contra-terrorismo nos glossários políticos.

No século XXI dá-se a ascensão do terrorismo religioso que é hoje o mais temido; embora o de cariz islâmico seja o mais conhecido também outras religiões deram origem a grupos radicais. Os extremistas religiosos rejeitam a autoridade secular e consideram ilegítimos os sistemas legais que não sejam baseados no seu credo.

Definição de terrorismo

Definição etimológica:

O conceito de terrorismo deriva do vocábulo latino *terrore*, significa o sistema, ou regime baseado no terror, no impacto psicológico negativo provocado por actos de violência. Consiste na prática do terror como instrumento de acção política, procurando alcançar pelo uso da violência objectivos que poderiam ou deveriam cometer-se ao exercício legal da vontade política. Caracteriza-se pela *«indiscriminação das vítimas a atingir, pela generalização da violência, visando, em última análise, a liquidação, desactivação ou retracção da vontade de combater do inimigo predeterminado, ao mesmo tempo que procura paralisar também a disponibilidade de reacção da população»*¹¹.

Para José Valle de Figueiredo, o terrorismo adquirirá ainda, posteriormente, uma outra característica: a internacionalidade. Deixando o terrorismo de ser uma prática de grupos particulares dentro de um país, para passar a ser praticado por estados que criam e financiam acções terroristas noutros países.

Definição jurídica:

Numa definição consensual e bastante abrangente do termo o *«terrorismo é uma actividade ilícita que se caracteriza pelos meios e modos de acção e pelo fim prosseguido. Quanto aos meios e modos de acção hão-de consistir na prática de crimes contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas; contra a segurança dos transportes e das comunicações, incluindo as telegráficas, telefónicas, de rádio ou de televisão, ou de produção dolosa de crimes de perigo comum, através de incêndio, libertação de substâncias radioactivas ou de gases tóxicos ou asfixiantes, de inundação ou avalanche, desmoronamento de construção, contaminação de alimentos e águas destinadas a consumo humano ou difusão de doenças, praga, planta ou animal nocivos, de sabotagem ou qualquer outro crime com o emprego na sua execução de energia*

¹¹ VALLE DE FIGUEIREDO, JOSÉ in *Polis, Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado* (2004), nº5, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo.

nuclear, armas de fogo, substâncias ou engenhos explosivos, meios incendiários de qualquer natureza, encomendas ou cartas armadilhadas. O fim prosseguido com a prática dos crimes há-de consistir em prejudicar a integridade ou a independência nacionais ou impedir, alterar ou subverter o funcionamento do Estado nos termos da Constituição ou forçar a autoridade pública à prática de um acto, a abster-se de o praticar ou a tolerar ou ainda a intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral»¹².

Segundo a legislação portuguesa considera-se grupo, organização ou associação terrorista todo o agrupamento de duas ou mais pessoas que, actuando concertadamente, visem prejudicar a integridade e a independência nacionais, impedir, alterar ou subverter o funcionamento das instituições do Estado previstas na Constituição, forçar a autoridade pública a praticar um acto, a abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral, mediante¹³:

- a) Crime contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas;
- b) Crime contra a segurança dos transportes e das comunicações, incluindo as informáticas, telegráficas, telefónicas, de rádio ou de televisão;
- c) Crime de produção dolosa de perigo comum, através de incêndio, explosão, libertação de substâncias radioactivas ou de gases tóxicos ou asfixiantes, de inundação ou avalanche, desmoronamento de construção, contaminação de alimentos e águas destinadas a consumo humano ou difusão de doença, praga, planta ou animal nocivos;
- d) Actos que destruam ou que impossibilitem o funcionamento ou desviem dos seus fins normais, definitiva ou temporariamente, total ou parcialmente, meios ou vias de comunicação, instalações de serviços públicos ou destinadas ao abastecimento e satisfação de necessidades vitais da população;

¹² SILVA, GERMANO MARQUES (2003) in *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, Braga, Editorial Verbo.

¹³ Artigo 2º da Lei de combate ao terrorismo, Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto, in <http://www.dgpj.mj.pt/DGPJ/sections/leis-da-justica/pdf-lei/lei-52-2003>.

- e) Investigação e desenvolvimento de armas biológicas ou químicas;
- f) Crimes que impliquem o emprego de energia nuclear, armas de fogo, biológicas ou químicas, substâncias ou engenhos explosivos, meios incendiários de qualquer natureza, encomendas ou cartas armadilhadas, sempre que, pela sua natureza ou pelo contexto em que são cometidos, estes crimes sejam susceptíveis de afectar gravemente o Estado ou a população que se visa intimidar.

2 - Quem promover ou fundar grupo, organização ou associação terrorista, a eles aderir ou os apoiar, nomeadamente através do fornecimento de informações ou meios materiais, ou através de qualquer forma de financiamento das suas actividades, é punido com pena de prisão de 8 a 15 anos.

3 - Quem chefiar ou dirigir grupo, organização ou associação terrorista é punido com pena de prisão de 15 a 20 anos.

4 - Quem praticar actos preparatórios da constituição de grupo, organização ou associação terrorista é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos.

5 - A pena pode ser especialmente atenuada ou não ter lugar a punição se o agente abandonar voluntariamente a sua actividade, afastar ou fizer diminuir consideravelmente o perigo por ela provocado ou auxiliar concretamente na recolha das provas decisivas para a identificação ou a captura de outros responsáveis.

Definição política:

A primeira associação do termo a formas de acção política aconteceu durante a ditadura jacobina entre Março de 1793 e Julho de 1794, primeiramente encarada pelos émulos de Robespierre como um processo legítimo do poder revolucionário, assumiu o seu carácter pejorativo após o Termidor, significando o governo pelo medo e arbitrariedade. Passou então a significar uma *«prática política baseada na utilização do terror, quer para controlar a sociedade, quer para pressionar o poder político ou certos grupos económicos. O terrorismo como instrumento da classe dirigente é uma*

prática comum, que contribui para a obediência generalizada da população»¹⁴ escrevia Marques Bessa na década de 70 dando como exemplo o estalinismo.

Contra-terrorismo

O contra-terrorismo consiste nos esforços políticos, militares, sociais, económicos, psicológicos e legais para neutralizar ou prevenir o terrorismo, tanto na detecção de possíveis actos terroristas como na resposta aos mesmos. Inclui derrotar militarmente os terroristas frustrando os seus ataques, eliminando grupos e arruinando a sua capacidade para levar a cabo atentados. Por outro lado, outro papel do contra-terrorismo é também o de tentar suprimir as motivações que poderiam suscitar ímpetos terroristas. Alguns autores a acção contra-terrorista «[...] implicava a adopção de métodos terroristas – como o assassínio e retaliações arbitrárias – pelas próprias forças do Estado»¹⁵.

Anti-terrorismo

O anti-terrorismo diferencia-se do contra-terrorismo por ser defensivo, reduzindo a probabilidade de sofrer atentados ou a vulnerabilidade de possíveis alvos através do uso de táticas terroristas em pontos específicos¹⁶. Diferencia-se do contra-terrorismo por consistir em todos os passos legais a que um estado pode recorrer.

¹⁴ BESSA, ANTÓNIO MARQUES (1979), *Dicionário Político do Ocidente*, Braga-Lisboa, editorial Intervenção, p. 317.

¹⁵ TOWNSHEND, CHARLES (2002), *O Terrorismo. Compreender*, edições Quasi, p. 111.

¹⁶ ROGEIRO, NUNO (2003), *O Inimigo Público. Carl Schmitt, Bin Laden, e o Terrorismo Pós-Moderno*, Gradiva, p. 63.

Tipos de terrorismo

Foram várias as tentativas para distinguir os diferentes tipos de actividade terrorista, no entanto, dada a multiplicidade de acções terroristas é difícil encontrar uma tipologia que consiga abranger todas as organizações e seus actos. Há que ter em conta as motivações, os membros, as crenças e recursos dos grupos terroristas, tal como, o contexto em que actuam. Assim, apresentarei de seguida algumas das distinções por mim seleccionadas.

Terrorismo de Estado

Foi o primeiro modelo histórico de terrorismo que surgiu com a Revolução Francesa; actualmente é utilizado para caracterizar regimes ditatoriais, autoritários ou totalitários em que os direitos cívicos são sistematicamente violados e que baseiam a sua dominância no terror provocado na população. Foram disso exemplo o regime Nazi de Hitler e a antiga URSS.

Terrorismo de Ordem Internacional

Este modelo foi vigente durante a Guerra Fria e consistia na ameaça da destruição maciça pelos dois blocos. Teve o seu início com o bombardeamento de Hiroshima que matou 78000 pessoas em 6 de Agosto de 1945, este tipo de ataque altamente destrutivo deu origem a uma nova era da estratégia política e militar¹⁷. Esta era uma forma de conflito equilibrada pois baseava-se na medição de forças entre as duas potências, pela simétrica utilização de armas nucleares e pelo terror provocado pelo medo da destruição total. O conflito desenvolvia-se através da corrida ao armamento e inovação tecnológica para atingir a superioridade qualitativa e quantitativa e assim intimidar o inimigo.

¹⁷ FERREIRA, PEDRO ANTUNES (2006) *O Novo Terrorismo*, Lisboa, Editora Prefácio, p 40.

Terrorismo Assimétrico

O terrorismo assimétrico difere dos outros tipos de terrorismo pois em vez de partir do próprio Estado, é praticado por pequenos grupos contra o Estado. «*Segundo esta nova concepção, os Estados, por mais poderosos que sejam, são vulneráveis a actos terroristas organizados globalmente por entidades não estatais difíceis de serem identificadas e localizadas*»¹⁸.

Estes grupos recorrem sempre a táticas que recusem a guerra convencional através, por exemplo, da utilização de forças civis para evitar suspeitas ou de ataques com armas de destruição maciça para os quais as forças de segurança não se encontram protegidas, de forma a maximizar os seus meios. Uma das consequências mais interessantes destas acções assimétricas é a mudança dos enfoques geopolíticos, como a aproximação da Rússia à NATO disposta a combater o terrorismo islâmico ao lado dos EUA, após o atentado de 11 de Setembro de 2001.

Esta forma de terrorismo teve uma evolução histórica surgindo primeiro o terrorismo selectivo durante o século XIX que visava atingir directamente um indivíduo, um alvo específico considerado responsável pela situação pela qual protestam, evitando ferir inocentes pois isso poderia tirar o apoio da população à sua causa. Era comum o assassinato de líderes políticos como no caso do Arquiduque Fernando em Sarajevo por um terrorista sérvio que acabou por originar a I Guerra Mundial. Mais recentemente, nos anos 60 e 70, surgiu o terrorismo sistemático ou discriminatório originado pela nova vaga de grupos terroristas de cariz separatista, que procuram conquistar o território que reclamam, na Europa, África, América Latina e Médio Oriente. Estes grupos terroristas procuram intimidar a sociedade atacando civis inocentes para que estes questionem a segurança que o Estado lhes proporciona.

«*Este tipo de acção terrorista baseia a sua eficácia na correcta precisão da identificação da vítima, pois é a partir dessa identificação que os campos da amizade e da inimizade assumem seus contornos políticos com maior nitidez, obrigando a sociedade a tomar partido por um ou outro dos campos*»¹⁹. Atentados cometidos dentro desta variante são, por exemplo, os da ETA contra militares de alta patente ou do IRA

¹⁸ JÚNIOR, MANUEL CAMBESES, “O Conflito Assimétrico e o Confronto entre Nações” in <http://www.esg.br/publicacoes/artigos/a066.html> consultado no dia 15 de Agosto de 2008.

¹⁹ SAINT PIERRE, HÉCTOR LUIS, «Guerra de todos contra quem? A necessidade de definir “terrorismo”» in <http://www.cienciapolitica.org.br/encontro/relint6.2.doc> consultado em 16 de Agosto de 2008.

contra os soldados do exército inglês ou militantes protestante, mas não só, de igual modo as lutas coloniais também foram exemplo deste territorialismo onde existiam muitas vezes conflitos entre as forças armadas do Estado e as guerrilhas. Dado que a maior parte dos guerrilheiros acabaram por assumir a chefia do Estado o número de organizações que praticam este tipo de acção terrorista tem vindo a diminuir, contudo, não desapareceu, em vez disso deu-se uma evolução para um novo modelo, o do terrorismo internacional.

Terrorismo Internacional

Este modelo de terrorismo é o mais marcante do século XXI dado o seu desenvolvimento exponencial. Com este modelo o terrorismo deixou de ser um fenómeno restrito às fronteiras do território que se pretendia libertar, o campo de batalha passa a ser o mundo, são considerados actos de terrorismo internacional *«as acções em que os terroristas atravessaram fronteiras nacionais para realizar ataques, ou atacam alvos estrangeiros dentro do seu território, como por exemplo a execução de atentados a embaixadas ou de sequestro de aviões e passageiros»*²⁰.

Esta nova forma de terrorismo é bastante preocupante para a comunidade internacional porque possui uma enorme capacidade operacional, meios para actuar em todo o mundo, e engenho para se manter oculta tornando os seus atentados totalmente imprevisíveis. A opinião pública situa o início desta nova era do terrorismo nos ataques de 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque, mas na verdade ele surgiu muito antes na década de 60 do século passado, quando a Frente para a Libertação da Palestina (FPLP) perpetrou o seu primeiro acto de pirataria aérea na Europa para chamar a atenção do ocidente para a sua luta contra Israel. Foram vários os ataques aéreos que ocorreram nos anos seguintes; nos anos 70 foi a vez de grupos terroristas europeus de extrema-esquerda aplicarem a mesma estratégia, nos anos 80 surgiram os grupos extremistas islâmicos que se esforçavam para desestabilizar a ordem internacional que consideravam injusta, sendo o seu alvo principal os Estados Unidos da América por representarem tudo o que eles mais repudiavam.

O atentado ao World Trade Center pode não simbolizar realmente o início do terrorismo internacional mas ficará na história pela sua espectacularidade, pelo enorme

²⁰ FERREIRA, PEDRO ANTUNES, op. cit., p 42

número de vítimas, o elevado grau de destruição e por ter sido perpetrado no território da superpotência norte-americana, o que veio despertar um sentimento de insegurança em todo o mundo.

State Sponsored Terror

O terrorismo patrocinado por estados é aquele que: é empregue pelos governos contra os seus próprios cidadãos se um governo aterroriza a população para a controlar ou oprimir, fazendo uso de instituições oficiais como a judicial, da polícia ou militar, e alterando os códigos legais para permitir ou encorajar a tortura, mortes ou destruição de propriedades; o Estado se envolve em acções terroristas onde pessoas do governo levam a cabo operações onde se servem de tácticas terroristas que podem ser perpetradas contra outros estados, a própria população, ou grupos e indivíduos perigosos para a nação, exemplos deste tipo de actividades são as dos “esquadrões da morte” ou “veteranos de guerra”, acções não oficiais realizadas por oficiais ou funcionários do regime; ou ainda aquele que é patrocinado por outros estados, quando os governos fornecem provimentos, armamento e treino a organizações terroristas, mas também bases e portos seguros no seu território, documentos falsos, e facilidades para transacções financeiras e transporte de armas. É um tipo de terrorismo muito comum mas difícil de identificar, principalmente porque o apoio do estado é sempre dissimulado.

Esta é uma prática já antiga, comum nos impérios orientais, em Roma e em Bizâncio. Era mais vantajoso para os estados patrocinar dissidentes e políticos ambiciosos para que desestabilizassem o inimigo, do que suportar uma guerra constante. Naqueles tempos, dado que as tecnologias militares eram bastante primitivas o apoio dos estados era à base de financiamento e promessas políticas.

Na história mais recente, são muitos os exemplos destas práticas: os ingleses apoiaram os índios na guerra contra os franceses na América, e os franceses fizeram o mesmo contra os ingleses; na Revolução Francesa os franceses apoiaram os rebeldes irlandeses enquanto os britânicos auxiliavam a oposição a Napoleão noutros países; durante a formação da União Soviética as potências ocidentais apoiaram todos os grupos rebeldes nacionalistas e anti-comunistas. A partir da década de 80, o terrorismo patrocinado por estados subiu de patamar porque passou a ser utilizado quase como um

instrumento de política externa, pois era um modo eficaz de atingir os seus interesses a nível internacional sem pôr em causa a legitimidade dos estados. Em alguns casos os estados criam as suas próprias organizações terroristas para se fazerem representar em assuntos de outros países de forma a atingirem os seus objectivos.

«A utilização secreta de terroristas pelos governos possui como vantagens os baixos custos económicos e se executados de um modo eficaz permitem atingir Estados mais fortes sem temer as retaliações internacionais. Além disso, quando o país adversário se encontra mais vulnerável, existe a possibilidade destas organizações subversivas tomarem o poder tornando os dois países aliados»²¹, o que explica como esta relação entre estados e terroristas pode ser mutuamente vantajosa e lucrativa.

Muitos dos terroristas patrocinados por estados nem se identificam com a causa, desempenham apenas um serviço em troca de um pagamento. Um fenómeno que tem vindo cada vez mais a ser identificado é a ligação do narcotráfico com o financiamento das redes terroristas referindo o Professor Doutor Sousa Lara que é fundamental investir em dois campos no que toca à segurança, *«na acção de formação permanente de massas a nível dos mercados consumidores, pondo fim a uma lógica liberal e individualista»*, e *«na origem e nos circuitos económico-financeiros, rompendo a unidade entre a produção e o financiamento das actividades terroristas e subversivas»²²*.

Segundo Pedro Antunes Ferreira em *O Novo Terrorismo*, existem seis níveis de apoio do Estado ao terrorismo, são eles:

- Apoio ideológico – é o patamar mais baixo de apoio ao terrorismo e permite ao Estado patrocinador difundir a sua ideologia política. Pode fazê-lo através de organizações já existentes que partilham os mesmos objectivos ou incentivando a criação de organizações terroristas e doutrinando-as aquando da sua formação.
- Apoio financeiro – este é um nível mais considerável de apoio, pois para uma organização clandestina o financiamento é uma ajuda preciosa para que possa funcionar em pleno.

²¹ Ibidem, pp 65

²² LARA, ANTÓNIO DE SOUSA (2007), *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*, Coimbra, Edições Almedina, pp 54

- Apoio militar – neste caso o Estado fornece à organização terrorista armamento, treino militar e cursos ideológicos.
- Apoio operacional – verifica-se quando um Estado dá apoio directo na execução de actos terroristas específicos. Este apoio pode ser dado na forma de documentos falsos, armas especiais, transporte de armas e explosivos em mala diplomática e o uso de embaixadas ou outras instalações diplomáticas na preparação e execução de operações.
- Iniciação e direcção de ataques terroristas – neste nível o Estado passa a ter um envolvimento directo no desenrolar das acções terroristas, são os próprios agentes do Estado que dão as instruções e estabelecem os objectivos dos atentados.
- Envolvimento directo em ataques terroristas – é o nível máximo de envolvimento no terrorismo que um Estado pode atingir, são as próprias instituições estatais que coordenam e executam as acções terroristas. O Estado recolhe dados para planear ataques através dos seus serviços de informação que são depois executados pelos serviços de segurança.

Super terrorismo

O super terrorismo é uma nova tipologia que surge com a obra homónima de Yonah Alexander e Milton Hoenig, segundo os autores «*super – terrorismo é um acto encoberto de destruição maciça levado a cabo com armas biológicas, químicas ou radiológicas sofisticadas*»²³. O Professor Doutor António de Sousa Lara, na sua obra *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão*, divide o super terrorismo em quatro tipos:

- Acções suicidas de larga escala – materializadas pelo Japão no final da Segunda Guerra Mundial;

²³ ALEXANDER, YONAH; HOENIG, MILTON (2001), *Super Terrorism: Biological, Chemical, and Nuclear*, Nova Iorque, Transnational Publishers in <http://www.pbs.org/wgbh/nova/bioterror/linksandbooks.html> consultado a 18 de Agosto de 2008.

- Terrorismo biológico – consiste na libertação intencional de vírus, bactérias ou outros germes para causar doença ou morte em pessoas, animais ou plantas. Os agentes biológicos podem espalhar-se através do ar, água ou comida, e são extremamente difíceis de detectar, o que os torna uma opção vantajosa para os terroristas.
- Terrorismo químico – utiliza substâncias químicas altamente tóxicas, como o gás mostarda, o gás sarin e agentes de acção nervosa. São muito fáceis de fabricar e de dispersar por alvos com elevada densidade populacional como as cidades.
- Terrorismo nuclear – consiste no uso ou ameaça de uso de armas nucleares ou radiológicas em actos de terrorismo, incluindo ataques contra instalações onde se encontrem materiais radioactivos.

Neo – terrorismos:

Ciberterrorismo

O ciberterrorismo é definido como a ameaça ou uso premeditado de actividades ilegais contra computadores ou redes, com a intenção de causar mal estar social, ideológico, religioso ou político, ou intimidar uma pessoa para em prossecução desses objectivos.

Ecoterrorismo

O termo ecoterrorismo é usado para classificar actos violentos com causas ecológicas, ambientais ou relacionadas com os direitos dos animais, no entanto, o seu uso é ainda bastante controverso e contestado. A secção de Terrorismo Doméstico do FBI define-o como a ameaça ou recurso a violência de natureza criminosa contra vítimas inocentes ou propriedades por um grupo de orientação ambientalista devido a razões político – ambientais. Geralmente, os seus actos consistem em sabotar propriedade privada para provocar prejuízos em indústrias ou pessoas que maltratam animais ou prejudicam o ambiente.

Agroterrorismo

Este tipo de terrorismo consiste no uso intencionalmente prejudicial de patogéneos vegetais ou animais para provocar moléstias devastadoras no sector agrícola.

Motivações terroristas

Tradicionalmente, os terroristas tinham motivos e ideologias diferentes, mas actualmente, com o novo terrorismo, é mais difícil tipificar um terrorista. Antigamente, eram apontados factores genéticos, dificuldades psicológicas na infância, vida familiar desestruturada e identificação com a classe inferior²⁴ como condições que podiam resultar num pendor terrorista. Hoje em dia, as explicações apontadas têm um pendor mais teórico.

Motivação Cultural

A cultura pode servir de justificativa para o terrorismo, na medida em que, estes tipos de acções podem ser usadas para defender valores e tradições contra o advento da globalização e da ocidentalização. Os valores culturais materialistas e seculares do ocidente são cada vez mais rejeitados por aqueles que tentam recuperar e preservar a sua identidade cultural única; as mudanças sociais e a difusão do capitalismo são vistos como uma ameaça à etnicidade e padrões religiosos de grupos mais pequenos que se vêem como o elo mais fraco no meio da comunidade internacional.

Pequenos conflitos a nível local originados pelo choque de identidades e idiosincrasias são muitas vezes o rastilho para ataques à escala global. Para Huntington, esta linha ténue situa-se entre a civilização ocidental liberal e a Islâmica humilhada e ressentida da presença militar do Ocidente que não deixou os islâmicos traçarem o seu próprio futuro. No entanto, é importante salientar que nem todos os árabes são islâmicos, nem todos os islâmicos são árabes.

Motivação económica

Alguns autores consideram que, mais importante que as diferenças culturais, são as motivações económicas. Embora a globalização tenha permitido o desenvolvimento de mercados fora do ocidente, como é exemplo a Ásia, e, o consequente crescimento dessas economias, o ocidente continua a ser a região mais beneficiada originando uma

²⁴ LAQUEUR, WALTER (1999), *The New Terrorism: Fanaticism and the Arms of Mass Destruction*, Nova Iorque: Oxford University Press, p. 79.

nova forma de “imperialismo económico”²⁵. Os EUA e a Europa Ocidental como detentores do poder económico, através das instituições bancárias e económicas, definem taxas e políticas fiscais que em nada favorecem os países em vias de desenvolvimento.

Sendo a riqueza um factor intrinsecamente relacionado com a segurança, muitos indivíduos vendo-se desprotegidos socialmente pelo seu próprio governo e sem oportunidade para melhorar a sua condição de vida acabam por emigrar. Porém, isto não significa que essa oportunidade surja efectivamente noutros países e isso pode levar essas pessoas a recorrer à violência e criminalidade.

Paradoxalmente, um nível de vida elevado e melhores acessos à educação associados à globalização podem originar expectativas tão altas que, uma vez não atingidas podem levar à adopção de ideologias políticas radicais e acções contra o sistema. Alguns autores encaram os ataques de 11 de Setembro de 2001, uma reacção, não contra os EUA em si, mas contra o capitalismo.

Esta justificação para actos terroristas carrega algumas contradições, como o facto de muitos líderes de grupos terroristas serem membros de famílias abastadas e altamente qualificados, ou o exemplo do continente africano que apesar de muito pobre não é uma zona onde surjam muitas organizações desse género.

Motivação ideológica

A ideologia como motivação para actos terroristas influencia os objectivos das operações, especialmente no que toca ao número de vítimas. «É necessário manter em mente que o papel da ideologia no terrorismo é uma questão específica que é parte do problema maior do papel da ideologia na violência armada em geral»²⁶ Grupos com ideologias seculares, geralmente, levam a cabo atentados altamente selectivos e discriminados para atingir objectivos políticos específicos, o que os leva a procurar atingir o mínimo de pessoas possível para não perder a razão. Esta forma de agir serve para evitar que a organização perca a sua reputação de grupo que tem reivindicações legítimas, de modo a não perder o apoio político e económico externo.

²⁵ KIRAS, JAMES D., “Terrorism and globalization”, in BAYLIS, JOHN; SMITH, STEVE (eds) (2001), *The Globalization of world politics: an introduction to international relations*, 2ª edição, Oxford, Oxford University Press, p. 485.

²⁶ STEPANOVA, EKATERINA (2008), *Terrorism in Assymetrical Conflict. Ideological and Structural Aspects*, SIPRI Research Report nº23, Oxford, Oxford University Press, p. 28.

Já para os grupos que compreendem uma ala mais radical, operar com estes constrangimentos é mais complicado e as tensões causadas por estes limites são muitas vezes um factor causador de facções dissidentes dentro da organização. Se estes grupos rebeldes conseguirem angariar apoio do público em geral, é provável que tomem o controlo da organização alterando o seu *modus operandi*. Para estes grupos «[...] quanto mais desastroso e devastador for o efeito dos ataques terroristas e quanto mais violentas forem as represálias das autoridades estatais, melhor é para a causa dos terroristas»²⁷.

Motivação religiosa

«Tem sido dito que o terrorismo se alimenta da injustiça social e política [...] mas a motivação, a causa do terrorista é uma visão alternativa do mundo, de fundamento ideológico ou religioso, à luz da qual todos os sacrifícios se justificam, inclusivamente os que venham a ser pedidos às populações já de si injustiçadas»²⁸.

Na década anterior ao 11 de Setembro os investigadores começaram a deparar-se com mudanças fundamentais nas actividades terroristas, o uso de violência com fins políticos, para mudar ideologias ou defender minorias étnicas havia falhado e surgia uma nova tendência pós-moderna conduzida por razões diversas mas todas com uma base comum, a religião. Os terroristas eram motivados por promessas de vida após a morte, ou pela crença que era necessário eliminar o máximo de infiéis possível.

Esta nova forma de terrorismo é encarada como uma reacção à opressão sofrida pelos islâmicos e à corrupção espiritual do ocidente. Para os islâmicos mais radicais a luta contra a globalização consiste na sua *Jihâd*, o que para a maioria dos islâmicos é uma luta pessoal interna para obter a pureza de espírito, para outros é uma legitimação para o uso da violência.

O terrorismo religioso distingue-se do secular na medida em que, os terroristas religiosos não só se sacrificam a si mesmos como não têm qualquer problema em matar grande número de civis e, também porque enquanto o terrorismo secular ambiciona

²⁷ Ibidem, p. 30.

²⁸ STILWELL, PETER, “Terrorismo e tradição bíblica”, in MOREIRA, ADRIANO (coord) (2004), *Terrorismo*, Coimbra, Almedina, p. 153.

chegar ao poder para corrigir falhas, o religioso pretende substituir a estrutura normativa da sociedade²⁹.

No entanto, o terrorismo religioso não se resume ao fundamentalismo islâmico, *«exemplos de extremismo violento podem ser encontrados em todas as grandes religiões e em pequenas confissões, correntes religiosas e seitas. O terrorismo religioso (e quase-religioso) pode ser associado a qualquer religião e confissão, e as categorias religiosas têm sido usadas para justificar actividades terroristas por diferentes grupos religiosos os orientações etno-confessionais»*³⁰.

²⁹ KIRAS, JAMES D., op cit, p. 488.

³⁰ STEPANOVA, EKATERINA, op cit, p. 57.

Capítulo III

Partidos dos Trabalhadores Curdos – PKK

Viver como o Imâm Ali e morrer como o Imâm
Husain é a maior das bem-aventuranças.

Crença popular iraniana

Introdução

*"Quem tem medo, tem desgraça"*³¹. (Provérbio Curdo)

Os Curdos formam uma grande maioria de cerca de 25 milhões de pessoas que habitam o montanhoso Médio Oriente onde se encontram a Turquia, o Irão, o Iraque e a Síria mas, no entanto, não passam de uma minoria em cada um dos estados que ocupam. São o maior grupo étnico ou nação no mundo ainda sem um estado próprio e, apenas a sua importância geopolítica tem chamado a atenção para a sua situação por parte da comunidade internacional nas últimas décadas.

*«Sob o estandarte do nacionalismo árabe e outras ideologias unitárias, as exigências políticas baseadas na etnicidade e outros direitos têm sido suprimidos no Médio Oriente. Como resultado, como a questão curda ilustra, os conflitos étnicos são um tema muito real na era de pós-guerras mundiais»*³². E, como se a situação de divisão entre quatro estados da comunidade curda não fosse já por si complexa, o facto de se dividirem entre si por variados dialectos, religião e outros factores sociais torna ainda mais complicada a sua busca pela auto-determinação.

Origens

A origem dos curdos é bastante incerta, no entanto, há um momento na história indicado pelos próprios como aquele em que os seus antepassados surgiram que parece reunir também a aprovação dos historiadores. Os Curdos acreditam ser descendentes dos Medos, uma das tribos de origem ariana que migraram da Ásia Central para o planalto Iraniano, e que pressionou o Império Assírio com invasões até o destruir em 612 a.c.; além desta procedência mais factual é hábito envolverem também na narração das suas origens figuras míticas como o Rei Salomão e jinnis (génios, espíritos árabes e muçulmanos capazes de assumir forma humana ou animal e exercer influência nas pessoas para o bem e para o mal).

³¹ Chalita, Mansour, *Os mais belos pensamentos de todos os tempos*, 4ª Edição, Rio de Janeiro: Assoc. Cultural Internac. Gibran. p. 46, in <http://pt.wikiquote.org>.

³² Milton-Edwards, Beverley e Hinchcliffe, Peter, *Conflicts in the Middle East since 1945*, 2ª edição, Londres, Routledge, 2001, p. 67.

Outra referência histórica dos curdos são os Kordouchoi mencionados na obra de Xenofonte *Anabasis* que em 400 a.c. ocupavam o mesmo território montanhoso que os curdos actualmente. No século VII, os conquistadores árabes apelidaram de curdos os resistentes das montanhas que islamizaram.

Na altura das cruzadas os curdos adquiriram uma reputação de grande mestria militar, não só por dificultarem a vida a quem se metia com eles mas, também pelos serviços prestados a quem estava no poder. Afirmam inclusive que o maior guerreiro árabe de todos os tempos Saladin (1137-1193) era de origem curda.

Apesar de ser possível determinar com alguma exactidão esta génese comum a todos os curdos, actualmente tornaram-se numa mistura de vários grupos distintos consequência da sua evolução pela história. Os próprios curdos não conseguem definir os limites da sua linhagem e, por isso, actualmente já há a ideia de que a identidade curda é agora mais cultural do que estritamente étnica dada a sua dispersão e variedade.

Nos terrenos mais montanhosos e isolados do Curdistão ainda hoje persiste o tribalismo e, naturalmente, é conservado um forte sentido de pertença às tribos mas fora dessa circunscrição muitos curdos perderam a sua identidade tribal.

Além da dispersão geográfica existem ainda mais dois factores fundamentais que explicam a desunião entre os próprios curdos, a religião e a língua. Apesar de serem maioritariamente muçulmanos sunitas, a etnia curda abarca também cristãos, judeus e yazidis.

Os ancestrais yazidis curdos, localizados no norte da Síria e do Iraque, e áreas adjacentes da Turquia e Irão, chamam a si mesmos Dawasin, são totalmente auto-segregados e endogâmicos. A sua religião altamente sincrética tem elementos do zoroastrianismo, judaísmo, cristandade nestoriana, islamismo e outras religiões.

A população é sempre leal à sua tribo em primeiro lugar e só depois ao nacionalismo curdo, e não foram poucas as vezes que os governos dos países que eles ocupam instrumentalizaram estas rivalidades entre tribos em seu benefício, ao ponto de algumas tribos apoiarem os próprios governos apenas por rivalidade com outras.

Dispersão curda

Os Curdos formam um grupo étnico bastante distinto dos turcos e árabes mas parecido com os iranianos.

Não se sabe ao certo quais os números reais da população curda, pois enquanto eles próprios exageram as estimativas, os governos dos países que eles habitam tendem a reduzir as mesmas; além de não ser possível contabilizar os muitos curdos que já foram assimilados pelas populações locais ou definir quais os subgrupos étnicos que pertencem ou não à etnia curda. A estimativa mais razoável dá conta de 12 a 15 milhões de curdos na Turquia (18% a 21% da população), 6 milhões no Irão (11% da população), 3.5 a 4 milhões no Iraque (20% a 23% da população), 800.000 na Síria (7% da população), 100.000 na antiga União Soviética, cerca de 1 milhão espalhados pela Europa e 20.000 nos EUA.



Figura 1 – área ocupada pela comunidade curda

Esta região por eles ocupada e reclamada como sua por direito foi denominada de Curdistão, uma área com cerca de 500.000 km² distribuídos na sua maior parte na Turquia e o restante no Iraque, Irão, Síria, Arménia e Azerbaijão. As maiores cidades englobadas neste território são Mossul, Irbil, Kirkuk, Saqqez, Hamadã, Erzurum e Diyarbakir. É uma zona de relevo acidentado onde se situa o Monte Ararat com 5165m

de altitude; possui ainda o lago Van com aproximadamente 12.000 km² e é atravessado pelos rios Tigre e Eufrates. É uma pretensa nação rica em água e petróleo.



Figura 2 – bandeira do Curdistão

A bandeira do Curdistão surgiu pelas mãos de um movimento curdo durante a sua luta pela independência do Império Otomano em 1920 e, em 1946 com a criação da República do Curdistão em Mehabad (Irão), foi adoptada pelo seu parlamento como bandeira oficial da República. Hoje em dia é comumente aceite por todos os curdos e seus movimentos.

A bandeira consiste num conjunto de três bandas horizontais (uma vermelha, uma branca e uma verde) com um emblema central, um sol com 21 raios, número com uma grande importância na religião tradicional curda Yazidi.

Nascimento do nacionalismo curdo

«Muitos comentadores concordam que a emergência, nos finais do século XIX, de modernas elites sociais e políticas – que se tinham demarcado da educação religiosa tradicional – assinalou o aparecimento do nacionalismo entre os povos subjugados do Império Otomano»³³.

Os curdos não foram excepção e apontam-se como primeiras manifestações do nacionalismo curdo aquelas que decorreram no início do século XX aquando da revolução em Constantinopla em 1908 liderada pelos Jovens Turcos, cujos ideais de reforma constitucional e governo representativo foram bem recebidos no Império Otomano e pelos próprios curdos.

Contudo, os nacionalistas curdos e os seus recém-formados clubes urbanos não estavam unidos e falharam ao tentar atrair o apoio dos chefes tribais (Aghas) que viam

³³ Sherzad, A, The Kurdish movement in Iraq: 1975 – 88. In Kreyenbroek, Philip e Sperl, Stefan, *The Kurds: a contemporary overview*, 3ª edição, Londres, Routledge, 1992, p. 134.

naqueles movimentos uma ameaça às suas posições. De qualquer forma todo este processo estaria minado pela declaração de guerra dos Otomanos aos Aliados em Outubro de 1914. Durante a guerra os curdos foram ignobilmente usados para levar a cabo a limpeza étnica dos arménios na Anatólia.

A derrota dos Otomanos, em 1918, revolucionou por completo a ordem internacional e, principalmente, a organização geográfica daquela região; o império foi desmembrado e novos países estavam a ser criados por iniciativa dos britânicos e franceses. As exageradas ambições destes países foram travadas pelo Programa de Catorze Pontos para a Paz Mundial do presidente norte-americano Woodrow Wilson. O 12º ponto referia-se, além de outros grupos étnicos, à questão dos curdos e afirmava *«soberania para o povo turco do Império Otomano com a dissolução do império, e desenvolvimento autónomo para outras nacionalidades dentro do antigo Império»*. Para os massacrados arménios era demasiado tarde mas para os curdos era uma centelha de esperança para a possibilidade de formar um estado.

Não aconteceu porque este grupo étnico ainda não se encontrava num estado desenvolvido e esclarecido de consciência nacionalista que lhes permitisse agarrar a oportunidade oferecida pela criação precipitada de novos países no pós-guerra. Muitos curdos mostravam-se renitentes pois ainda não haviam percebido quais os benefícios que essa mudança lhes poderia trazer; a consciência nacionalista estava, basicamente, confinada aos círculos intelectuais urbanos.

Os habitantes das zonas montanhosas eram mais facilmente influenciados pela tradição e lealdades tribais do que pela ambição de ter o seu próprio estado. Os chefes tribais impediram qualquer aproximação dos progressistas urbanos para assegurarem as suas lideranças e, acima de tudo, não estavam dispostos a esquecer velhas rivalidades com outras tribos em prol de um Curdistão que se apresentava ainda demasiado utópico.

No Tratado de Sèvres que os Otomanos assinaram, relutantemente, após a I Guerra Mundial em 1920 estava prevista a autonomia intercalar das áreas turcas predominantemente curdas e Mosul (agora no Iraque), tendo em vista a total independência se os seus habitantes assim entendessem. Foi o mais perto que os curdos alguma vez estiveram da auto-determinação, actualmente recordada com pesar por não ter tido efeito devido a todas as contrariedades já referidas.

Porém, mesmo que na altura a união curda se tivesse revelado o processo acabaria por ser dificultado pela revolta do líder turco Mustafa Kemal Atatürk³⁴ que, em nome de um novo estado turco unificado repudiou a assinatura do Tratado de Sèvres pelas autoridades otomanas. Muitos líderes curdos influenciados por sentimentos religiosos apoiaram voluntariamente a insurreição de Atatürk que viam como protector da sua identidade muçulmana contra ameaças das forças gregas cristãs que invadiram a Turquia a oeste, e dos arménios e soviéticos a este.

O Tratado de Lausanne de 1923 veio atar algumas pontas soltas deixadas pelo fracasso da implementação do Tratado de Sèvres; a soberania turca sobre o território conquistado por Atatürk foi aceite, e a sugestão dos britânicos de que os curdos deveriam ser reconhecidos como minoria nacional foi rejeitada. Apesar da convicção que Atatürk havia considerado a autonomia para os curdos, esse facto nunca foi discutido publicamente.

Curdos na Turquia

Aproximadamente metade da população curda vive na Turquia e a sua história é feita de conflitos e opressão.

A agressiva política de nacionalismo turco de Kamal Atatürk acabou com qualquer esperança de autonomia curda ou até do simples reconhecimento como identidade cultural distinta. A secularização do estado de Atatürk desafiava a crença dos curdos num estado muçulmano, pelo qual haviam lutado lado a lado com os turcos contra os gregos e arménios.

Desde o início da formação da República Turca que as autoridades tentam, afincadamente, promover uma nova idiossincrasia nacional turca unificada, levando a cabo uma política de limpeza étnica negando qualquer exigência de separação étnica ou política da comunidade curda. Todos os vestígios da identidade curda foram banidos incluindo escolas, associações e publicações. Em 1925 e 1928 os curdos revoltaram-se mas foram, violentamente reprimidos, milhares de civis foram mortos, os líderes curdos executados e várias comunidades curdas desterradas numa tentativa de assimilação pela população turca. A língua curda passou a ser ilegal, a existência de curdos como grupo

³⁴ Soldado e estadista, fundador e primeiro presidente da [República da Turquia](#), 1881-1938.

étnico distinto foi negada, passaram a ser oficialmente denominados de “turcos da montanha” e classificados como cidadãos de segunda.

«I believe that the Turk must be the only lord, the only master of this country. Those who are not of pure Turkish stock can only have the one right in this country, the right to be servants and slaves»

Mahmut Esat Bozhurt (Ministro da Justiça), 22 de Setembro de 1930

Para expandir o seu controlo o estado incorporou os chefes tribais na elite governante investindo-os de autoridade local. Este controlo territorial era importante porque numa sociedade tribalista a terra pertence à tribo e o chefe é responsável pela sua justa distribuição e uso.

Toda esta repressão brutal manteve o nacionalismo curdo sob controlo durante muitos anos, mas a partir dos anos 60 houve um poderoso ressurgimento. Em vez de apaziguar os ânimos a repressão encorajou o nascimento de um nacionalismo militante. Apesar da proibição de criarem os seus próprios partidos, unidos a alas mais esquerdistas turcas conseguiram chegar à vida política. A reacção da direita nas décadas de 60 e 70 originou mais massacres e abriu caminho para o aparecimento do antes desconhecido Partido dos Trabalhadores do Curdistão (*Partiya Karkerên Kurdistan*) em 1984, sob a liderança de Abdulla Ocalan. O seu objectivo tem sido um estado curdo independente ao estilo marxista, totalmente separado da Turquia e incorporando os curdos da Síria e Iraque. Detentores de uma hábil guerrilha, têm sido quase tão violentos a lidar com curdos apoiantes do regime como com as forças armadas do estado; muitos chefes tribais, latifundiários e oficiais insignificantes vistos como traidores pelo PKK foram assassinados, frequentemente, junto com toda a família.

No início, muitos curdos condenavam estas actividades do PKK mas desde 1985 a contra resposta das forças do estado com prisões arbitrárias e tortura tem aumentado a cooperação ou neutralidade da comunidade.

Tal como os nacionalistas curdos do Iraque, o PKK tem procurado apoio e refúgio noutros países, e o alegado apoio sírio quase provocou um conflito armado entre a Turquia e a Síria.

Após uma década de conflito sangrento, com o estado a adoptar medidas de transferência de população curda em concertação com o vizinho Iraque, o governo turco conseguiu finalmente um triunfo crucial, a captura e julgamento em 1999 do

carismático líder do PKK Abdullah Ocalan que resultou num hiato do conflito armado quando o próprio declarou publicamente o cessar fogo por parte da organização.

Nos últimos anos, a posição do governo turco tem vindo a amolecer, tal como, a sua política inflexível de não reconhecimento da existência de uma questão curda; também devido à pressão do povo que compreende os objectivos do PKK algumas figuras turcas têm cedido à vontade de considerar uma solução política, ou pelo menos de considerar a presença no seu país de uma cultura distinta. Existem actualmente alguns sinais de recuo do governo, como por exemplo, no caso da língua curda, que apesar de estar ainda barrada à educação formal e transmissões, voltou a ser permitida, inclusive em publicações.

No entanto, persistem as perseguições e tormentos; os curdos continuam, efectivamente, impedidos de ter uma actividade política, estão bastante empobrecidos e enfrentam altas taxas de desemprego. Devido às actividades violentas do PKK crescem os sentimentos anti-curdos no seio da população turca, a captura de Ocalan foi vista como uma grande vitória e os pedidos para a sua execução vinham de todo o país.

Associações políticas curdas na Europa ocidental e activistas dos direitos humanos têm chamado a atenção da comunidade internacional para as violações dos direitos humanos na Turquia, especialmente, no que toca aos curdos, e se a Turquia pretende realmente aderir à União Europeia terá que optar entre continuar a opressão a uma minoria que representa, sensivelmente, 20% da sua população e sofrer as consequências nas suas relações políticas e económicas com outros países, ou por outro lado, liberalizar-se e levar à discussão pública a questão da comunidade curda.

No futuro, recai a esperança sobre a União Europeia que terá legitimidade para mediar o conflito, caso a adesão da Turquia se concretize.

Curdos no Iraque

O estabelecimento do Iraque como o conhecemos actualmente aconteceu no seguimento da recuperação da mesopotâmia aos turcos otomanos em 1918. Na altura da delimitação do território do novo estado os britânicos não sabiam muito bem o que fazer com as regiões montanhosas, maioritariamente, curdas, mas também, com a miscelânea de etnias de Kirkuk. No pós-guerra, o principal objectivo dos britânicos era, com o mínimo custo e envolvimento, pacificar a população que vivia nas montanhas do

Curdistão, tal como, acabar com a ameaça que os seus habitantes representavam na planície mesopotâmica.

Tal como aconteceu na Turquia e Irão, os curdos estavam divididos e não conseguiram elaborar um plano conjunto para a sua própria situação, assim existiram dois trilhos prosseguidos: alguns procuraram a integração no Iraque que passou a ser governado pelo hashemita Rei Feisal nomeado pelos britânicos, outros, liderados pelo Sheik Mahmud Barzinji decidiram lutar por uma região livre da égide estrangeira, apesar de no início terem aceite de bom grado a protecção britânica. No final os britânicos acabaram por ceder à pressão da Turquia que era contra qualquer tipo de autonomia para os curdos iraquianos receando que isso tivesse graves implicações no ímpeto da sua comunidade curda, cuja identidade étnica tentavam negar a todo o custo.

Contudo, o Rei Feisal precisou de incorporar os curdos do sul do Curdistão no seu reino para garantir uma maioria sunita, pois, desde o início que se havia apoiado nos sunitas que eram a maioria no centro do país, colocando-os até em importantes posições administrativas e militares. Em oposição, o sul do país era de uma preocupante maioria xiita e potencialmente perigosa para um regime sunita.

O controlo de todas as áreas era também crucial para o desenvolvimento económico do país com a prospecção de grandes quantidades de petróleo na cidade curda de Kirkuk.

Na assinatura do tratado anglo-iraquiano de 1930 em que, supostamente, foi dada a total independência ao Iraque foram omitidas quaisquer salvaguardas relacionadas com a preservação da identidade curda, ao contrário do que os britânicos antes haviam acordado com a Sociedade das Nações, que consistia na substituição dos seus oficiais por curdos e a manutenção da língua curda na administração e educação.

O recém-formado Iraque nunca chegou a conseguir manter boas relações com a sua comunidade curda. A forma insensível e agressiva como o governo lidava com os desacatos inter-tribais fez crescer, entre os curdos, sentimentos nacionalistas de oposição ao regime. Em 1945, os ímpetos nacionalistas dos curdos foram acicatados pela criação da República de Mahabad pela resistência curda iraniana apoiada pelo líder curdo iraquiano Mullah Mustafa Barzani. No entanto, esta república durou apenas 11 meses; em consequência muitos dos chefes tribais optaram por colaborar com o regime e o próprio Barzani em 1964 faz um acordo com o governo para cessar as hostilidades, este acto foi visto como uma traição pelo seu principal opositor Jalal Talabani, o que

acabou por dividir o seu partido em dois: Partido Democrata Curdo de Barzani, e União Patriótica do Curdistão de Talabani.

O conflito Iraque – Irão foi sabiamente explorado pelos líderes curdos de ambos os países na prossecução dos seus objectivos. Os curdos iraquianos vieram a pagar muito caro a sua cooperação activa com o Irão com a chegada ao poder de Saddam Hussein em 1979.

O conflito armado nos anos de 1974-75 acabou com a derrota dos peshmergas (aqueles que enfrentam a morte) de Barzani após Saddam ter feito um acordo com o Irão sobre o Shatt al-Arab. Com a perda do apoio iraniano, Barzani foi incapaz de impedir a destruição de 500 vilas curdas e a transferência dos seus habitantes. A esta investida seguiu-se uma oferta de autonomia limitada que foi rejeitada pelos líderes curdos por ser demasiado restritiva.

Porém, a maior crueldade dos líderes iraquianos aconteceu no final da guerra contra o Irão em 1988, quando resolveram vingar-se dos militares curdos que colaboravam com o inimigo e fazer um ataque químico em Halabja e acções semelhantes durante a Operação Anfal, ataque genocida contra os curdos que deve ter ceifado 200.000 vidas com a erradicação da comunidade em áreas inteiras.

Após a sua derrota na Tempestade do Deserto, Saddam teve ainda que enfrentar uma revolta dos curdos no norte e dos xiitas no sul. Conseguiu minimizar os ataques dos xiitas mas continuou com as ofensivas contra os curdos até que três membros dos aliados (EUA, Inglaterra e França) tiveram que intervir, iniciando a Operação Provide Comfort e impor um refúgio seguro para os curdos no norte do Iraque.

O aspecto positivo em toda esta situação foi o facto de ter provocado uma maior internacionalização do problema dos curdos concedendo-lhes alguma autonomia ao ponto de conseguirem ter a sua própria assembleia, no entanto, a já conhecida rivalidade entre tribos e a inexistência de uma identidade ideológica definida impediu que os dois principais partidos chegassem a acordo e levassem a bom porto o objectivo de unir a comunidade em prol do Curdistão. Como afirma Munir Morad, esta é uma questão que tem preocupado os intelectuais curdos porque *«apesar de ser uma situação comum nos movimentos de “libertação”, há quem afirme que a busca por uma identidade ideológica tem sido um divisor e que muitas considerações práticas têm ficado subordinadas a isso»*³⁵.

³⁵ Morad, Munir, The situation of Kurds in Iraq and Turkey. In Kreyenbroek, Philip e Sperl, Stefan, *The Kurds: a contemporary overview*, 3ª edição, Londres, Routledge, 1992, p. 120.

Segundo o mesmo autor, no que toca às ideologias «*muitas das facções dos movimentos curdos têm hoje dificilmente alguma exigência de identidade separada para além duma vaga noção ideológica centrada no marxismo como instrumento de arbitragem política*»³⁶.

Curdos no Irão

O Irão não tem sido tão agressivo e opressor no que toca ao controlo da sua comunidade curda, como os vizinhos Iraque e Turquia, permite a livre utilização da língua curda e expressão da sua cultura, ainda que também não aceite qualquer tipo de exigência curda de independência, pois teme que as outras três grandes minorias existentes no seu território, árabes, turcos e baluchi, também tentem obter a sua autonomia.

Após a I Guerra Mundial, subiu ao poder no Irão o Reza Shah Pahlavi que encetou uma forte política de centralização e se empenhou em subjugar as tribos curdas incorporando os chefes mais cooperantes e forçando as maiores tribos nómadas a fixarem-se. Durante a II Guerra Mundial a ameaça de fragmentação do país tornou-se mais evidente quando os soviéticos e os britânicos ocuparam o Irão ocidental para impedir que Reza Shah formalizasse a sua empatia pela Alemanha. Usufruindo deste jugo soviético, os curdos do noroeste iraniano, sob a liderança do Partido Democrático do Curdistão Iraniano, proclamaram a República de Mahabad em Dezembro de 1945.

Esta república era lamentavelmente pequena, abarcava apenas um terço da comunidade curda e desse grupo a maioria nem sequer era sensível à causa nacionalista, como consequência, quando os soviéticos retiraram um ano depois as forças do governo tomaram o território sem qualquer oposição. Tal como o Tratado de Sèvres, esta república é vista pelos curdos como uma oportunidade perdida de concretizarem o seu objectivo.

Devido à queda da República de Mahabad o nacionalismo curdo sofreu uma grave regressão, apesar de continuar a ser visto como uma ameaça pelo governo e pelos latifundiários curdos a quem tinham sido dadas a maior parte das terras do Curdistão. Nos finais dos anos 60, activistas do KDPI refugiados no Iraque lançaram um ataque ao seu governo do território iraquiano que teve um final infeliz devido à intervenção do

³⁶ Ibidem

KDP iraquiano de Mustafa Barzani, a pedido de Teerão que na altura apoiava a rebelião dos curdos no Iraque; mais uma prova da incapacidade de união das lideranças curdas.

A queda de Reza Shah em 1979 deu aos curdos uma nova oportunidade de negociar a sua situação com as autoridades. Alguns chefes tribais ainda tentaram a separação do estado mas como não tinham o apoio do KDPI, que renegava o tribalismo, não conseguiram levar a sua avante. Além disso, uma significativa minoria xiita, entre os curdos, apoiava o Ayatollah Khomeini e a proclamação de um estado xiita e, por isso, opunham-se às ideias independentistas da maioria curda sunita.

O regime de Khomeini reprimia fortemente qualquer iniciativa de autonomia de qualquer grupo étnico, pois o perigo de desagregação do país era cada vez maior. Contudo, em Dezembro de 1979, o governo tentou chegar a acordo com os grupos nacionalistas curdos oferecendo-lhes o direito de constituir um Conselho Provincial e garantindo-lhe direitos específicos como sunitas, mas, os curdos rejeitaram a oferta por não ser suficiente e, posteriormente, arrependeram-se.

Durante a guerra Irão – Iraque dos anos 80 algumas comunidades curdas conseguiram autonomia nas cidades onde os iraquianos haviam subjogado os soldados nacionais, mas assim que a guerra acabou, o governo recuperou rapidamente essas zonas. A partir daí, o estatuto dos curdos tem melhorado em termos de direitos civis e estão justamente representados nas instituições da república. Mesmo assim, isso não impediu que em Julho de 1989, o líder do KDPI, Abd al-Rahman Ghassemlou fosse assassinado durante conversações secretas com representantes do governo em Viena. Alegadamente, o homicídio terá sido obra do governo para impedir que Ghassemlou pedisse apoio aos EUA para a sua causa.

No que toca à total independência, continua a ser um objectivo no horizonte dos curdos sem qualquer sinal de cedência nesse sentido por parte do governo.

Curdos na Síria

A população curda na Síria, apesar de ser a maior minoria étnica do país, forma uma comunidade bem mais pequena em relação aos seus congéneres que vivem nos países já mencionados, por isso tem a vida ainda mais dificultada no que toca a qualquer exigência civil ou política. No país vigora uma república parlamentar com uma lista

única, logo não são permitidos partidos políticos, organizações através das quais os curdos nos outros países têm conseguido, pelo menos, mostrar o que pretendem.

Em 1957, Osman Sabri em conjunto com alguns políticos curdos ainda conseguiu fundar o Partido Democrático do Curdistão sírio que visava promover os direitos culturais curdos, progresso económico e mudança democrática, no entanto, nunca foi legalmente reconhecido e permaneceu como organização clandestina. Após o falhanço da união política com o Egipto, em 1961 a Síria foi declarada como uma República Árabe na sua constituição e os curdos passaram a ser considerados uma espécie de estrangeiros. Em 1965, o governo sírio decidiu criar um cordão árabe e, quando em 1973 começou a implementar este plano “recolonizou” áreas curdas com árabes beduínos e os curdos deveriam ter sido deportados para o deserto mas conseguiram resistir.

Pouca coisa mudou e a identidade curda continua a ser altamente reprimida, os curdos continuam sem poder adquirir a nacionalidade síria, o uso da língua curda é proibido, não podem registar-se crianças com nomes curdos, os nomes de lugares curdos foram substituídos por nomes árabes, as escolas privadas curdas são proibidas, tal como, livros e outros materiais. Dadas as circunstâncias, não se prevêem mudanças na situação da comunidade curda na Síria.

Curdos na ex-União Soviética

Entre 1930 e 1980, em que a Arménia fez parte da União Soviética, os curdos tinham um estatuto de minoria étnica protegida e tinham o seu próprio jornal, rádio e eventos culturais. Com a queda da União Soviética perderam estes privilégios e a maior parte fugiu para a Rússia ou Europa Ocidental.

No Azerbaijão, em 1920 as duas áreas habitadas por curdos reuniram-se para formar aquilo a que chamaram o Curdistão Vermelho mas a sua duração foi breve e como consequência os curdos foram violentamente reprimidos. Com o conflito em Nagorno-Karabakh muitas regiões curdas foram destruídas e à volta de 150.000 curdos foram deportados desde então.

Partido dos Trabalhadores do Curdistão *Partiya Karkeren Kurdistan (PKK)*

O Partido dos Trabalhadores do Curdistão teve origem num grupo chamado Associação Democrática Patriótica de Ankara de Educação Superior ou Apocular, formada, em grande parte, por estudantes liderados por Abdullah Ocalan. Embora oriundo de Ankara, o grupo rapidamente dirigiu a sua atenção para a população curda do sudeste da Turquia onde começaram a organizar-se. No dia 27 de Outubro de 1978, publicaram a “Proclamação de Independência do PKK” e assumiram essa denominação.

Inicialmente estabelecido como um grupo rebelde marxista-leninista ateísta composto por curdos turcos, veio a transformar-se nos anos 90 numa organização terrorista urbana.³⁷

Ideologia e estratégias

Os primeiros documentos produzidos pelo PKK nos anos 80 afirmam que o seu principal objectivo é obter a liberdade para o povo curdo, porque a sua comunidade é vítima do colonialismo e tem direito à auto-determinação. Assim, inicialmente, o PKK dividiu a sua luta por três fases: defesa estratégica, equilíbrio e ofensiva estratégicos.

Em 1980, na véspera do golpe militar de 12 de Setembro, os líderes do PKK deixaram a Turquia e dirigiram-se para o Vale Beka’a na Síria. Este golpe incitou os militantes do PKK, primeiro a treinar com combatentes palestinos na região do Médio Oriente e depois a lutar lado a lado com eles durante a invasão israelita do Líbano. Esta cooperação abriu à organização as portas de muitos territórios sob a alçada de pequenos movimentos regionais onde puderam preparar-se para o combate e difundir a sua doutrina pela restante comunidade curda fora da Turquia, especialmente na Líbia.

Em 1982, a logística do PKK estava no seu auge e pronta a iniciar as suas actividades com, assistência financeira de trabalhadores e empresários curdos na Líbia, suporte político dos curdos iraquianos, e campos de treino no Líbano e Síria. Uma das grandes diferenças que o PKK tinha em comparação com outros grupos curdos era o facto de recrutar militantes de classe baixa como camponeses, que eram a maioria da população curda, e de se opor aos tradicionais líderes tribais. Entre 1980 e 1984,

³⁷ In <http://www.globalsecurity.org/military/world/para/pkk.htm> consultado a 23 de Agosto de 2008.

Abdullah Ocalan consolidou a estrutura do partido e auto nomeou-se líder da organização, muitas vezes usando métodos dissuasores da concorrência bastante violentos; o que originou algumas cisões de militantes que depois formaram as suas próprias organizações ou se juntaram a outras.

A primeira fase das suas acções, a da defesa estratégica, ocorreu num período em que as forças opositoras eram muito fortes e as revolucionárias muito fracas e ficou caracterizada pela violência política direccionada que obrigou as pessoas a escolherem entre aderir à causa ou serem tratadas como colaboradoras do estado. Ao implementar esta estratégia, o PKK criou em 1984 uma frente popular denominada Frente Nacional para a Libertação do Curdistão, *Eniya Rizgariya Netewa Kurdistan* – ERNK, que se revelou um fracasso dado o fraco apoio dado pela população aos seus ataques, em consequência, Ocalan resolveu criar, em Março de 1985, o Exército Popular de Libertação do Curdistão, *Arteshen Rizgariya Gelli Kurdistan* – ARGK. Foi com a criação deste exército, que tinha como objectivo reunir os curdos não marxistas e religiosos para os organizar em unidades de guerrilha, que o PKK realmente encetou a sua luta, sendo responsável principalmente por ataques contra alvos militares e paramilitares no sudeste da Turquia³⁸.

Após os primeiros ataques em 1984, a Turquia decidiu responder organizando e armando as tribos curdas que eram simpatizantes do governo. Com a criação dos “guardas de aldeia temporários” o governo conseguiu retirar aos curdos o apoio regional e provocar um conflito entre eles. Em 1985, os ataques a civis eram cada vez mais; para mostrar que qualquer família que colaborasse com o estado seria destruída assassinavam crianças e mulheres curdas familiares dos guardas da aldeia. Nos anos seguintes, esta situação delongou-se e a organização conseguiu recrutar milhares de novos simpatizantes criando uma frente popular. Esta campanha de assassínios originou uma reacção turca, a nível nacional, contra as exigências da comunidade curda. «*Nos anos 90, a organização voltou atrás na sua exigência para um estado curdo independente, pedindo em vez disso mais autonomia para a comunidade*»³⁹.

Em 1992, o PKK tinha 10.000 militantes e a Turquia finalmente tomou consciência que esta era uma organização com que se devia preocupar a sério,

³⁸ *Country Reports on Terrorism 2007*, Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, in <http://www.nps.edu/Library/Research/SubjectGuides/SpecialTopics/TerroristProfile/Current/PKK.html> consultado a 25 de Agosto de 2008.

³⁹ O'TOOLE, PAM, *Profile: The PKK*, BBC News in <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7044760.stm> consultado a 25 de Agosto de 2008.

simultaneamente, a população começou a perceber que os civis ditos normais, sem qualquer ligação ao regime não eram alvos dos ataques terroristas, e logo se tornou cada vez mais neutra o que podia significar um apoio tácito à causa curda. Quando o Conselho de Segurança Nacional decidiu lançar uma grande operação militar para reprimir os separatistas curdos, o partido reuniu-se num congresso deliberando o cessar de todas as actividades que pudessem atingir civis para passar a focar os seus ataques em alvos militares e investir mais na luta política, declararam também uma amnistia para todos os guardas de aldeia que entregassem as armas e se recusassem a colaborar mais com o estado.

Esta mudança de política do PKK tornou-se mais evidente quando preteriram a violência para iniciar uma campanha propagandística, para alertar para a violação dos direitos humanos na Turquia, além fronteiras protagonizada pelos activistas curdos exilados, maioritariamente, na Europa. Outra constatação que obrigava a mudanças era a de que uma organização ateísta era incapaz de angariar o apoio que precisava duma sociedade profundamente religiosa, e laços com a República Islâmica do Irão e movimentos religiosos começaram a formar-se.

Entre 1990 e 1993, o PKK beneficiou da falta de coerência política do estado turco, do pós-guerra do Golfo, das ameaças em volta das fronteiras da Turquia e do sucesso da sua campanha contra as violações dos direitos humanos que deixou o estado turco mal reputado na comunidade internacional e chamou a atenção para a situação dos curdos, em concreto. Os ataques que se seguiram foram direccionados a alvos turistas, aos quais se seguiram variadas tentativas de encontrar uma solução definitiva e pacífica para o conflito dentro das fronteiras da Turquia, Abdullah Ocalan chegou mesmo a enviar cartas pessoais a vários líderes ocidentais realçando que a sua organização estava disposta a acabar com todas as actividades armadas se conseguissem chegar a um acordo.

No final de 1994, formalizou os seus esforços diplomáticos com a sua “Declaração de Intenções” para cumprir com os trâmites legais da lei humanitária e de combate patentes na Convenção de Genebra e nos protocolos adicionais. Nesta senda, tentaram também fazer uma apresentação nas Nações Unidas, não sendo bem sucedidos. Contudo, não desistiram e criaram um Parlamento Curdo, actualmente sediado em Bruxelas para dar continuação aos seus esforços.

No V Congresso do PKK, em Janeiro de 1995, o partido sofreu outra reestruturação na sua organização e políticas para acompanhar uma conjuntura

internacional em mudança constante. Optaram por modernizar a sua bandeira e emblema retirando o característico símbolo comunista da foice e martelo que era considerado muito tradicional para representar, convenientemente, o actual socialismo, tal como, renegar o modelo do socialismo soviético e outros dogmas afins, reescrever por inteiro o programa do partido e dar maior relevância às diligências políticas e diplomáticas.

Estrutura e Organização

O Partido dos Trabalhadores do Curdistão divide-se em três secções basilares: a central, a regional e a popular.

A estrutura central consiste num Presidente, neste caso simbólico dado que Abdullah Ocalan se encontra a cumprir pena de prisão perpétua, um Conselho da Presidência, um Comité Central e um Quadro Disciplinar Central. São realizadas eleições para o Conselho e todos os comités a cada quatro anos.

O Congresso do partido é a maior autoridade dentro da organização e o único órgão aberto a toda a gente, nele participam delegados de todas as organizações do partido, no entanto, o número de participantes depende da importância de cada organização. É o Congresso que tem poder para alterar o programa do partido e para definir o plano de acção para cada quatro anos.

O Conselho da Presidência auxilia o Presidente nas suas funções e controla todas as actividades ideológicas, políticas, organizacionais e militares.

O Comité Central possui a liderança táctica da organização, pode tomar decisões estratégicas mas apenas com maioria absoluta, e está encarregue de organizar e controlar todos os outros comités.

O Quadro Disciplinar Central inspecciona as funções e abusos ou violações dos regulamentos do partido que depois deve comunicar ao Comité Central.

A secção regional inclui todas as organizações do partido localizadas em áreas curdas que juntas formam a Organização Provincial do Partido, *Parti Eyalet Orgutu* – PEO. Esta secção está sob a alçada do Congresso Provincial e a sua função é determinar as políticas e tácticas a nível local.

Da estrutura popular fazem parte a Frente Nacional para a Libertação do Curdistão- ERNK e o Exército Nacional para a Libertação do Curdistão – ARGK, organizações fora do PKK dirigidas por conselhos e comités similares ao do partido. Os combatentes do ARGK, oriundos de toda a região do Curdistão (Arménia, Azerbaijão, Irão, Iraque e Síria), são treinados em campos específicos para esse efeito, dividindo-se em pelotões e regimentos e estão bem equipados.

O ARGK divide-se em Unidades Militares, Unidades Locais e Unidades de Defesa do Povo cujas principais actividades consistem em emboscadas, raides, sabotagens, assassinatos e plantar minas. Desde 1995 existem também boatos da existência dum batalhão infantil que treina as gerações mais jovens até serem recrutadas para o exército.

A ERNK, estabelecida em 1985, começou a operar em 1989 quando os países europeus abriram as suas fronteiras. Em tempos também envolvida em actividades criminosas, desenvolve agora actividades pacificas e de cariz diplomático para encontrar um final para o conflito.

Além destas organizações, o PKK possui ainda uma Agência de Informação e Contra-Informação.

Financiamento

Algumas das fontes de financiamento do movimento conhecidas são:

- Receitas obtidas nas “noites especiais” organizadas por associações relacionadas com o PKK na Europa;
- Campanhas de ajuda organizadas periodicamente pelo partido;
- Subvenções e assinaturas;
- Vendas de publicações;
- Receitas de estabelecimentos comerciais pertencentes à organização;
- Dinheiro obtido através de roubos;
- Dinheiro obtido através de tráfico de droga e contrabando de armas;
- Extorsão;
- “Ajuda” recebida pela intimidação de construtores e comerciantes que têm negócios na região;

- Tráfico de trabalhadores ilegais;
- Transferência de dinheiro para a organização de pessoas encarregues dos pagamentos nos países europeus, sob o estatuto de refugiados.

Apoio internacional

O PKK recebe apoio de nações estrangeiras sob três formas:

- Directa, em dinheiro, armas e treino;
- Logístico, em bases ou portos seguros e,
- Moral ou filosófico, em assistência política para os objectivos, ideologia e princípios da organização.

O PKK recebe apoio directo do Iraque, Irão e Síria, e vários relatórios dão conta duma ligação recente com apoio directo, logístico e moral da antiga União Soviética, Chipre, Grécia, Arménia e Líbia⁴⁰.

Principais atentados perpetrados pelo PKK

- 23 de Janeiro de 1987 – raide em Midyat, 10 cidadãos foram mortos;
- 20 de Junho de 1987 – massacre na aldeia de Pinarçik, morreram 16 crianças, 6 mulheres e 8 homens;
- 9 de Maio de 1988 – raide na região de Behmenin na aldeia Taskoyu de Nusaybin Mardin – morreram 8 crianças e 2 mulheres da mesma família;
- 11 de Junho de 1990 – raide na aldeia de Cevrimli de Sirnak, morreram 12 crianças e 7 mulheres num total de 27 mortos;

⁴⁰ *O Partidos dos Trabalhadores do Curdistão*, Ministério dos Assuntos Estrangeiros, Turquia in <http://www.fas.org/irp/world/para/docs/studies3.htm> consultado a 25 de Agosto de 2008.

- 27 de Junho de 1992 – massacre na aldeia de Yolac de Silvan, os terroristas retiraram da mesquita as pessoas que rezavam e abateram-nas a tiro;
- 1 de Outubro de 1992 – raide em Bitlis, morreram 30 pessoas e 25 ficaram feridas, os terroristas incendiaram a aldeia e raptaram 13 guardas da aldeia;
- 6 de Julho de 1993 – massacre de Basbaglar, o PKK lançou um raide armado, mataram 28 pessoas e incendiaram 57 casas;
- 25 de Outubro de 1993 – raide na região de Yavi, os terroristas retiraram as pessoas de suas casas, reuniram-nas, fizeram as suas declarações e assassinaram-nas;
- 16 de Janeiro de 1996 – aldeia de Taskonak, emboscaram um autocarro com rockets, o veículo incendiou-se com 11 pessoas lá dentro;
- 16 de Julho de 2005- ataque bombista em Kusadasi, 5 pessoas morreram, incluindo turistas ingleses e irlandeses, e 13 ficaram feridos;
- 28 de Agosto de 2006 – três explosões do distrito de Mugla, 10 turistas britânicos e 11 cidadãos turcos ficaram feridos;
- 28 de Julho de 2008 – bomba em Istambul, morreram 17 pessoas e 154 ficaram feridas.

Nos finais da década de 90, o PKK começou a utilizar bombistas suicidas, os alvos eram cuidadosamente escolhidos mas os danos colaterais não importavam. Dos quinze atentados suicidas, dez foram executados por mulheres oriundas de famílias tradicionais curdas com idades entre os 17 e os 27 anos. A justificação do PKK para recorrer a este tipo de ataque foi a comparação da sua luta à “Jihad”.

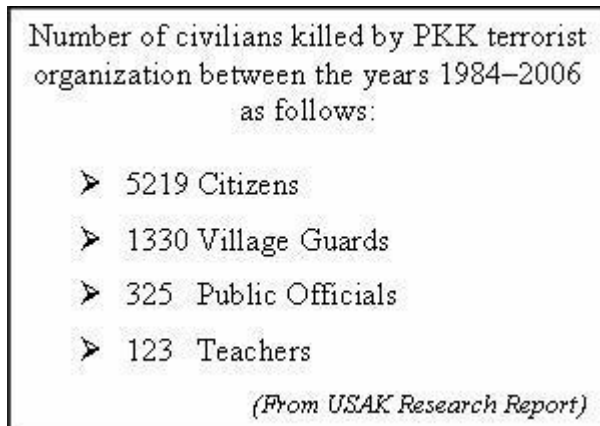


Figura 3 – número de civis mortos pelo PKK⁴¹

⁴¹ Quadro retirado do artigo *Chronology of the Important Events in the World/PKK Chronology (1976-2006*, International Strategic Research Organization publicado no Turkish Weekly a 27 de Maio de 2007.

Conclusão

«A Universidade, como agremiação dos que cultivam o saber e o ensino do saber, é instituição que tem sido tão capaz de manter-se ao longo dos tempos em todas as sociedades mais complexas que tem de concluir-se que serve algum fim útil que outra instituição não servirá melhor e que por isso sobreviveu até hoje, até aos seus próprios erros [...]»⁴².

Findo o trabalho, espero ter cumprido todos os objectivos propostos. Apresentada a análise do terrorismo e das suas várias vertentes conclui-se que é efectivamente necessária uma definição de terrorismo comumente aceite dentro da comunidade internacional, dado o perigo que este representa, «como uma ameaça à segurança do estado, o terrorismo é implausível se não mesmo absurdo; mas como desafio ao monopólio da força do estado e, no sentido vasto, da segurança pública, é extremamente eficaz»⁴³.

Expostos os vários tipos de terrorismo e as suas motivações é possível constatar que o terrorismo de tipo internacional motivado por crenças religiosas ou diferenças étnicas e nacionalistas é aquele que actualmente mais ocorrências tem registado e que, pela informação recolhida, será o maior motivo de preocupação para a segurança dos estados nos anos vindouros, pois a maior parte das reivindicações nacionalistas não parecem ter uma solução no seu horizonte, nem o ressentimento islâmico pelo império ocidental parece estar a apaziguar-se.

Quanto à questão curda, após a narração da história desta comunidade e dos fundamentos por eles apresentados para reivindicarem o seu próprio território, parece-me que, formando este grupo a maior minoria étnica sem o seu próprio estado, a divisão do Império Otomano, após a sua derrota na I Guerra Mundial, não foi a mais correcta. Uma divisão do território que atendesse às diferenças étnicas e culturais nessa altura, poderia ter evitado alguns conflitos a que assistimos actualmente. Contudo, os curdos também tiveram a sua quota-parte de culpa nessa situação, pois não conseguiram pôr de parte as divergências dentro da comunidade para nessa altura lutarem por algo maior, a edificação do seu próprio estado.

⁴² BARATA, ÓSCAR SOARES (2001), “A Universidade e o Futuro” in revista *Estudos Políticos e Sociais*, Lisboa, volume XXIII, números 1-4, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, p. 21.

⁴³ TOWNSHEND, CHARLES (2006), *O Terrorismo. Compreender*, Lisboa, Quasi edições, p. 113.

Posto isto, resta então dar resposta à problemática teórica definida como mote para este trabalho, “que tipo de organização terrorista será o PKK?”. Comparando a informação recolhida sobre o Partido dos Trabalhadores do Curdistão com a exposição feita, anteriormente, sobre o terrorismo parece-me possível concluir que esta organização, na sua primeira fase, era ateuista e se guiava pela ideologia marxista-leninista para atingir fins políticos, levando a cabo acções terroristas direccionadas a alvos específicos encaixando-se assim no terrorismo sistemático dentro da evolução histórica do terrorismo assimétrico.

Numa fase posterior, o seu líder constatou que como grupo ateuista o PKK não iria longe, numa sociedade em que o islamismo ganhava cada vez mais terreno. Assim, começaram a integrar a organização as motivações religiosas e, simultaneamente, os ataques desta organização terrorista começaram a tornar-se mais agressivos e violentos ingressando no terrorismo internacional com o rapto de turistas que veio a tornar-se uma constante, e atingindo agora muito mais pessoas em cada atentado. Não destoando da prática ordinária no Médio Oriente, também o PKK se veio a tornar numa organização terrorista patrocinada por estados vizinhos que visam a destabilização da ordem interna da Turquia e, até mais recentemente, de estados fora do continente.

Para terminar, resta-me realçar que não pretendendo desculpabilizar os grupos terroristas, é imperativo que a comunidade internacional corrija alguns erros do passado, contribuindo para o apaziguar destes ódios e rivalidades.

Bibliografia

Bibliografia referente à introdução e II capítulo:

BAYLIS, JOHN; SMITH, STEVE (eds) (2001), *The Globalization of world politics: an introduction to international relations*, 2ª edição, Oxford, Oxford University Press.

BESSA, ANTÓNIO MARQUES (1979), *Dicionário Político do Ocidente*, Braga-Lisboa, editorial Intervenção.

CHOMSKY, NOAM (2003), *Piratas e Imperadores, Velhos e Novos. O Terror que nos vendem e o Mundo Real*, 3ª edição, Publicações Europa-América.

COSTA, HELDER SANTOS (2003), *O Martírio no Islão*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

FERREIRA, PEDRO ANTUNES (2006), *O Novo Terrorismo*, Lisboa, Editora Prefácio.

LARA, ANTÓNIO DE SOUSA (2005), *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão*, 3ª edição, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

LARA, ANTÓNIO DE SOUSA (2007), *O Terrorismo e a Ideologia do Ocidente*, Coimbra, Edições Almedina.

LAQUEUR, WALTER (1999), *The New Terrorism: Fanaticism and the Arms of Mass Destruction*, Nova Iorque: Oxford University Press.

LETRIA, JOSÉ JORGE (2002), *O Terrorismo Explicado aos Jovens ... e aos Outros*, Lisboa, Editora Terramar.

MOREIRA, ADRIANO (coord) (2004), *Terrorismo*, Coimbra, Almedina.

MOREIRA, CARLOS DIOGO (1994) *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

MOREIRA, CARLOS DIOGO (2007), *Teorias e Práticas de Investigação*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

ROGEIRO, NUNO (2003), *O Inimigo Público. Carl Schmitt, Bin Laden, e o Terrorismo Pós-Moderno*, Gradiva.

STEPANOVA, EKATERINA (2008), *Terrorism in Assymetrical Conflict. Ideological and Structural Aspects*, SIPRI Research Report nº23, Oxford, Oxford University Press.

SILVA, AUGUSTO SANTOS; PINTO, JOSÉ MADUREIRA (1999), “Uma Visão Global Sobre as Ciências Sociais” in *Metodologia das Ciências Sociais*, 10ª edição, Edições Afrontamento.

SILVA, GERMANO MARQUES (2003) in *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, Braga, Editorial Verbo.

SILVA, MANUEL DA (2005), *Terrorismo e Guerrilha*, Lisboa, Edições Sílabo.

TOWNSHEND, CHARLES (2002), *O Terrorismo. Compreender*, Lisboa, Edições Quasi.

VALLE DE FIGUEIREDO, JOSÉ in *Polis, Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado* (2004), nº5, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo.

Bibliografia referente ao III capítulo

BINDER, LEONARD (1999), *Ethnic Conflict and International Politics in the Middle East*, The University Press of Florida.

Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology, Routhledge, 1996.

MILTON-EDWARDS, BEVERLEY, HINCHCLIFFE, PETER (2001), *Conflicts in the Middle East since 1945*, 2ª edição, Londres, Routledge.

MOREIRA, CARLOS DIOGO (1996), *Identidade e Diferença, os desafios do pluralismo cultural*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

HELD, COLBERT C. (2000), *Middle East Patterns, Places, Peoples and Politics*, 3ª edição, EUA, Westview Press.

KREYENBROEK, PHILIP; SPERL, STEFAN (1992), *The Kurds: a contemporary overview*, 3ª edição, Londres, Routledge.

RUDOLPH JR, JOSEPH R. (2003), *Encyclopedia of Modern Ethnic Conflicts*, Library of Congress Cataloguing in Publication Data.

Webgrafia

<http://www.borrull.org>

<http://www.terrorism.com>

<http://www.cfr.org>

<http://terrorism.about.com>

<http://www.terrorism-research.com>

<http://www.mipt.org>

<http://www.sis.pt>

<http://www.dgpj.mj.pt>

<http://www.terrorismanalysts.com>

http://www.institutkurde.org/en/kurdorama/the_national_flag_of_kurdistan.php

<http://www.ataturk.com/>

<http://www.akakurdistan.com/kurds/book/index.html>

<http://www.kdp.se>

<http://news.bbc.co.uk>

<http://www.nctc.gov>

<http://www.globalsecurity.org>

<http://www.fas.org>

<http://www.turkishweekly.net>